

Defender o Salário-Mínimo Contra a Ofensiva Patronal

Um Artigo de Palmiro Togliatti:

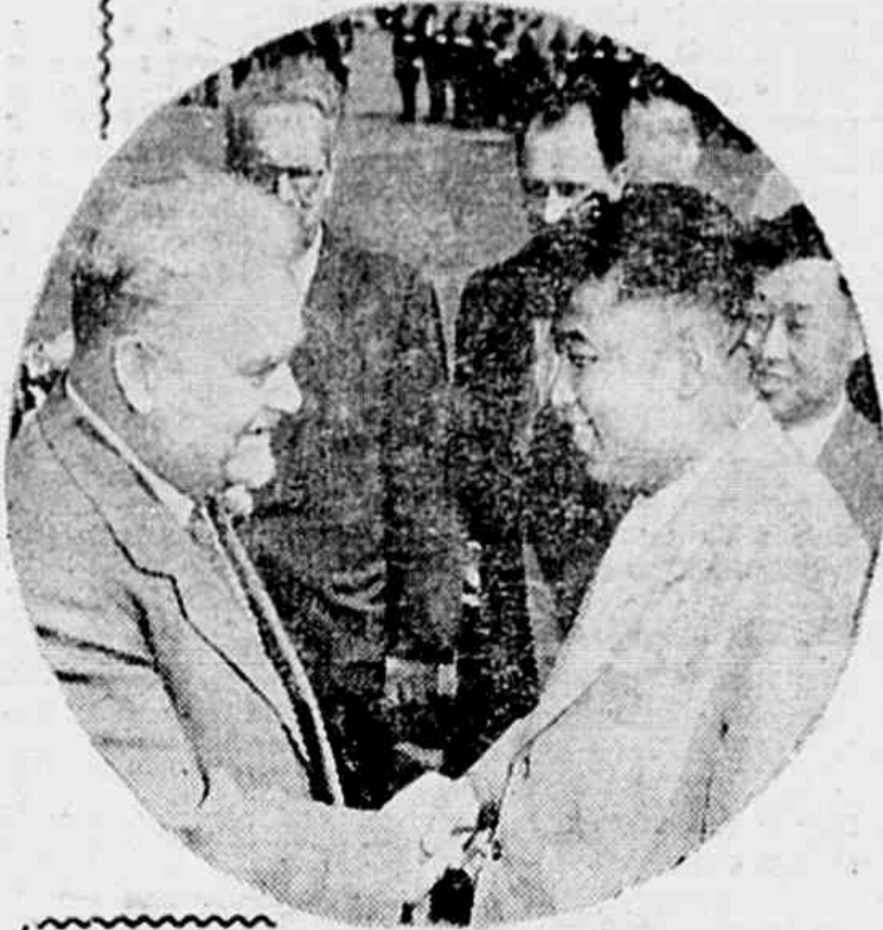
VOZ OPERÁRIA

O INIMIGO EXISTE!

N.º 375 ★ Rio de Janeiro, ★ 21 de Julho de 1956

— NA 3.ª PÁGINA —

KIM IR SEN EM MOSCOU

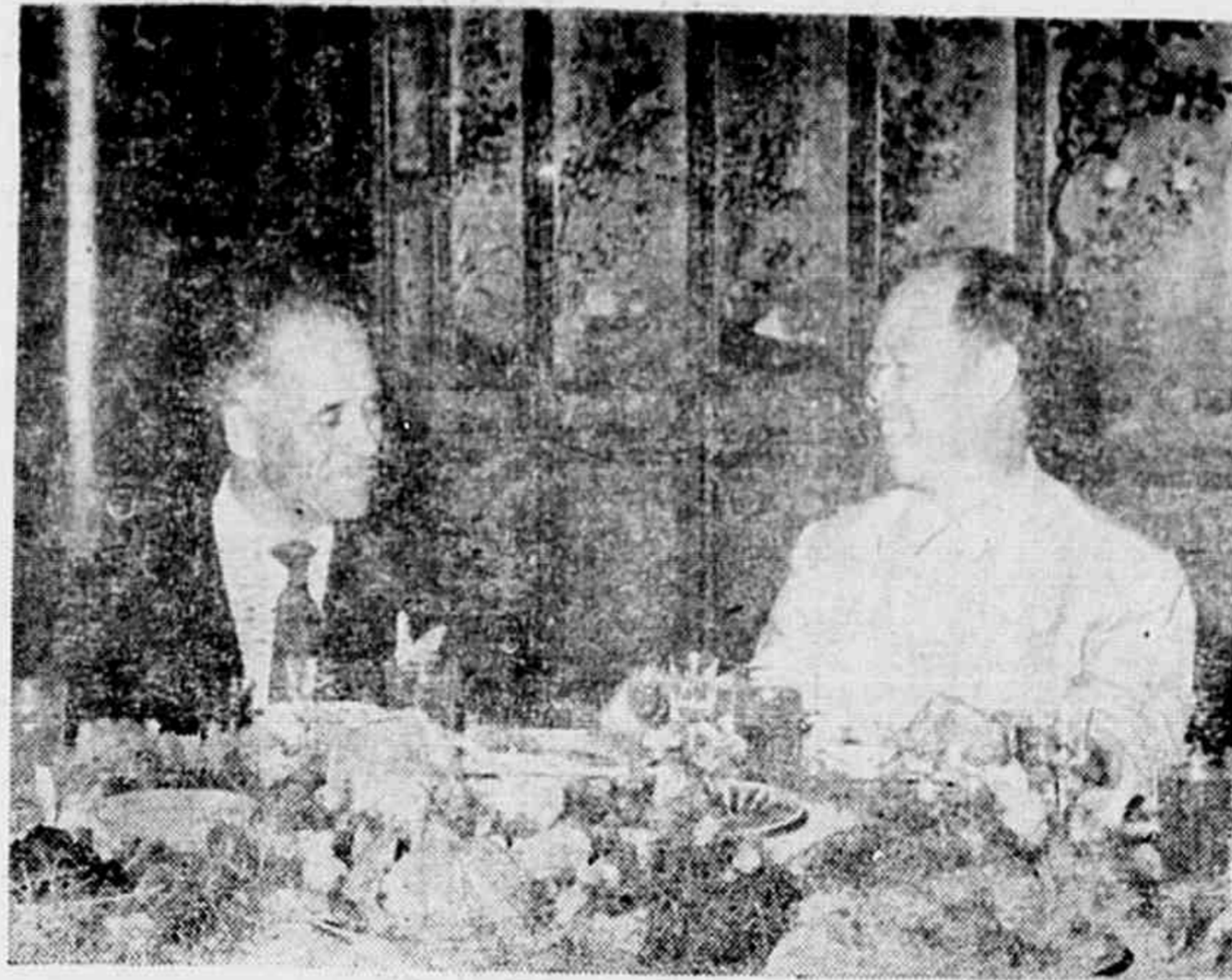


No aeródromo central de Moscou chega o Presidente do Conselho de Ministros da República Democrática Popular da Coreia, Kim Ir Sen. O marechal Bulgânin (à esquerda) sauda Kim Ir Sen (TASS).

NA 11ª PÁGINA

Renovar Nossos Métodos de Trabalho Entre as Mulheres

INTERVENÇÃO ESPECIAL DE IRACEMA RIBEIRO



PENG CHENG, vice-presidente da Assembleia Nacional da China, oferece um banquete à delegação parlamentar brasileira que visitou aquele país, sendo recebida pelo presidente Mao Tsé Tung e outros titulares. Aparece (na foto da Agência Sin-Hua) o deputado Peng Cheng, sorridente, em palestra com o dep. Getúlio Moura, vice-líder do PSD na Câmara Federal.

O Papel do Partido Comunista na Sociedade Soviética

(Novo Artigo de Redação da «Pravda» que trata definitivamente da Superação do Culto à Personalidade a U.R.S.S.)

NA 10ª PÁGINA

TRIGO, PROBLEMA DE EMANCIPAÇÃO NACIONAL

(Leia na pag. 5)

POR UMA MUDANÇA EM NOSSA POLÍTICA EXTERNA

HÁ algum tempo se generaliza em nosso país, devido às difíceis condições para o desenvolvimento da nação, o sentimento de que, como medida de salvação nacional, precisam ser urgentemente preservados nossos interesses ante o estrangeiro que nos espolia. Os problemas do petróleo, dos minérios atômicos, do comércio exterior, praticamente monopolizado por um único país, os Estados Unidos, tendo-se aguçado com a passar dos anos, assumiram evidência tão gritante que amplas camadas e setores sociais vêm-se progressivamente obrigados a assumir posição em relação a eles. E que posição podem assumir tais camadas e setores? A de concordar com a ordem de coisas reinante, contrária aos seus próprios interesses, ou de procurar uma solução realista para tais questões que implicam num problema de soberania e, portanto, de modificações em nossa política externa?

É claro que a posição dessas amplas camadas e setores nacionais não pode ser a do conformismo, ou pior, a de sujeição total aos interesses dos círculos monopolistas americanos, como querem o «O Globo» e o «Correio da Manhã», que se arremangam, se desesperam, pregam a rebelião contra o Congresso Nacional e chamam de «moleques» e «traidores» a todos os parlamentares que assumem posição de acordo com os interesses de nossa Pátria na questão dos minérios e em outras questões. No entanto, não somente grande número de parlamentares e civis outros se colocam nessa posição patriótica. Também se colocam altos chefes militares, como o ministro da Guerra, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o Chefe do Estado Maior da Armada, o Presidente do Clube Militar. Por que o «O Globo» e o «Correio da Manhã», covardemente, só arremetem contra os civis, procurando atemorizá-los com a despuorada e velha provocação de estarem a serviço dos comunistas?

O sentimento generalizado da necessidade de uma mudança em nossa política exterior traduz um anseio nacional e é significativo que tenha assumido maior envigadura nas vésperas da Conferência do Panamá. O caminho já entrevisto pela parte mais ponderável da opinião pública, pelas forças do trabalho, pela burguesia nacional, pela nossa intelectualidade, de que urge ter o direito de comerciar com quem quiser e de relacionar-se com todos os países, é um caminho que leva, no mínimo, ao equilíbrio em nossas relações exteriores e à melhoria sensível de nossa situação econômica, à base das trocas em pé de igualdade e de vantagens mútuas. Tudo aquilo que os Estados Unidos dificultam ao nosso país obter, desde o trigo e o petróleo que nos fornecem a preços expropriadores consumindo nossas divisas enquanto exercem pressão pela baixa dos preços de nosso produto básico, até a maquinaria para a nossa indústria e agricultura, tudo isso pode ser obtido no mercado socialista em condições altamente vantajosas. E' disso que no momento se beneficiam não apenas a Índia, o Egito, países de regime diferente da U.R.S.S., mas já agora o Líbano, o Camboja, o Iemen, os menores países do mundo. Por que somente o Brasil não pode manter relações com a U.R.S.S. e a China Popular?

PARA transformar numa realidade prática, em atos de governo, o anseio nacional de mudança em nossa política exterior, ponto de partida para outras modificações democráticas, é necessário que com mais vigor ainda se congreguem e atuem todos os patriotas e, à sua frente, os comunistas, servidores abnegados dos interesses de nosso povo e defensores da soberania nacional e do progresso do Brasil.



VISANDO
PROSEGUIR NA
POLÍTICA DE
«GUERRA FRIA»

Repudiam os Estados Unidos Seu Próprio Plano De Redução dos Efetivos, Aceito Pela U.R.S.S.

HAMMARKJOLD NA UNIVERSIDADE



A atividade pacífica e construtiva da União Soviética faz com que sua capital se torne a Meca dos chefes de Estado dos grandes e pequenos países. Entre as recentes visitas de boa vontade feitas a Moscou destaca-se a do príncipe do Camboja, Norodom Cianuk, que viajou acompanhado do primeiro-ministro Kim Tit e do presidente da Assembleia Nacional Um Cheang Sun. (Na foto) O príncipe Cianuk é recebido por N. A. Bulgáin (TASS).

VISITA DE BOA VONTADE



Encontra-se em visita à União Soviética o Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld. Na sua múltipla atividade durante a estada na URSS, o Secretário-Geral da ONU conferenciou com os titulares do governo, visitou instituições, deu entrevistas aos jornais, rádio e televisão, manifestando uma impressão favorável sobre o que viu no País dos Soviets. Na foto, Dag Hammarskjöld palestra com o vice-reitor da Universidade de Moscou, G. Vovshenko, durante a visita ao famoso centro de estudos (TASS).

A União Soviética demonstrou ainda uma vez sua boa vontade para dar solução ao problema do desarmamento, ao aceitar as porcentagens propostas pelos Estados Unidos como limites das forças armadas das grandes potências.

Tal declaração foi feita pelo vice-ministro do Exterior da URSS, Andrei Gromiko, em reunião extraordinária da Comissão de Desarmamento da ONU. Dando assentimento à proposta anteriormente apresentada pelos Estados Unidos, propôs Gromiko que durante a primeira etapa do desarmamento, os Estados Unidos, a China Popular e a União Soviética poderiam manter efetivos de 2.500.000, e a Grã-Bretanha e a França 750.000 homens respectivamente.

FISCALIZAÇÃO DO DESARMAMENTO

Fundamentando sua proposta, o representante soviético na Comissão do Desar-

mamento disse que os Estados ocidentais davam um passo atrás todas as vezes que a URSS ia ao encontro das proposições por eles apresentadas. Acentuou Gromiko que isso aconteceu quando a União Soviética concordou em retirar a prioridade que atribuiu à interdição incondicional das armas nucleares, pelo fato dos ocidentais se negarem a aceitá-la antes da entrada em vigor de um sistema de fiscalização aérea. A propósito, reafirmando a posição do seu governo, disse Gromiko que a URSS é favorável à fiscalização do desarmamento e não «a fiscalização da corrida armamentista».

PROVAS CONCRETAS

Pleiteando ainda uma vez a destruição dos estoques de armas atômicas e suspensão das experiências nucleares, afirmou Gromiko: «Estamos prontos a aceitar em qualquer momento a interdição incondicional das armas atômicas e propomos que todos os Estados se comprometam a aceitá-la por meio de uma declaração escrita».

Como prova da boa vontade da URSS, Gromiko citou as reduções de efetivos militares feitas pela URSS, a devolução da base naval de Porkkala Ud à Finlândia e outros atos concretos no caminho do desarmamento.

OS EE. UU. RENEGAM

A crítica feita pelo vice-ministro do Exterior soviético aos ocidentais, obteve confirmação, mais uma vez, ao falar o representante norte-americano na Comissão de Desarmamento, Cabot Lodge, que recusou a proposta de Gromiko aceitando os limites de efetivos militares por ele citados, sob a falsa alegação de que os ocidentais jamais haviam feito tal proposição.

Repetiu-se desse modo não só o que fizeram os Estados Unidos de outra vez, mas também a França e Inglaterra, cujo plano apresentado em abril deste ano à Comissão do Desarmamento, foi apontado por órgãos da imprensa ocidental como um passo atrás nas propostas há um ano antes feitas no mesmo organismo.

Exigências lanques na Reunião do Panamá

A delegação brasileira que seguiu para Washington a fim de negociar o «funding» e o empréstimo de 800 milhões, ao partir do Rio já havia sido notificada de que o governo norte-americano não concorda com o «funding» e por isso se recusa a fazer negociações a esse propósito.

Concederá o empréstimo, mas sem moratória da dívida externa, como pleiteia o governo, o que significa nova sobrecarga de compromissos onerosos com Wall Street em troca de concessões ruinosas para a economia nacional. Sabe-se que em troca do empréstimo são particularmente visados a Petrobrás, Volta Redonda, o Lóido Brasileiro, a Acesita e outras empresas estatais. A infame tese do «desinvestimento», que serve diretamente aos interesses de dominação dos monopólios lanques, e contra a qual se levantam os trabalhadores, é particularmente invocada pelos entreguistas para a liquidação das empresas do patrimônio nacional.



crônica internacional

A Conferência e o Presidente

O apoio que o discurso pronunciado pelo líder da maioria, deputado Vieira de Melo, vem despertando nos mais diversos setores da vida nacional diz bem do grau de maturidade a que já atingiu em nosso país a consciência de que é necessário rever o quanto antes a política externa nacional, formulando-a em termos de interesse nacional e não, como até agora, em bases de vergonhosa e mortal submissão aos grandes grupos financeiros norte-americanos.

O senhor Vieira de Melo disse verdades conhecidas e, em certos pontos de sua oração, chegou mesmo a endossar pontos de vista errôneos como o da irreversibilidade da divisão do mundo em dois blocos e o da necessidade suposta de formarmos ao lado da República norte-americana. Esse é, entretanto, um aspecto bem menos importante de suas declarações que têm um centro justo e atual: a urgência de imprimir um novo curso aos serviços diplomáticos ou, em termos mais claros, à nossa política exterior. O fato de, essa exigência vir a público nas vésperas da Conferência do Panamá e no instante da partida de um novo embaixador para Washington não pode ser considerado obra do acaso. E' claro que a plataforma apresentada pelo líder da maioria reflete, em um novo grau, a luta entre os patriotas e os entreguistas de todos os matizes e revela, por outro lado, que essa luta de pontos de vista atingiu profundamente as próprias forças governamentais.

O sr. Juscelino Kubitschek, desde o início de sua governança, vem sendo pressionado pelos grandes trustes internacionais contra cuja atuação, malgrado o candidato, exprimi-se sua vitória nas urnas. Prometia o Presidente «abrir os portos», dar ao país «cinquenta anos de progresso em cinco anos» e devotar-se inteiramente aos problemas que estão de há muito equacionados, mas que ainda não tiveram a solução impulsionada pela vontade coordenada dos homens. Entretanto, se muito falou, pouco fez. E seu malfadado discurso de Ribeirão Preto, que reflete um continuismo da política antinacional que já vinha sendo posta em prática, deve ser, e, felizmente está sendo, o sinal de reunir de todos os patriotas dispostos a barrar qualquer novo avanço do imperialismo em nosso país.

A repercussão do discurso do líder da maioria esclarece, e muito bem, a verdadeira correlação de forças no quadro nacional. Viram-se, de um lado, minguados protestos e ameaças partidos dos conhecidos arraiais do partido americano («Correio da Manhã», «O Globo», «Orquima», etc.) e, de outro lado, uma torrente de apoio que se estende pelos sindicatos, meios militares e círculos políticos os mais vastos, de todos os partidos. E se

buscarmos os indícios de deliberação anti-entreguista fora dos limites diretos do apoio a um discurso fundamentalmente justo, teremos, entre outros, o da recente reunião do Itamarati em que se pronunciaram contra o saque de nossa riqueza de minerais físsíveis os altos chefes representativos das forças armadas. Tudo isto significa que o sr. Juscelino Kubitschek necessita, em seu próprio benefício e no do país, compreender que só terá forças para dirigir a política nacional na medida em que não pretender violá-la em sacrifício a grupos estrangeiros e a conhecidos comensais do imperialismo.

Há imensos mercados solicitando nossos produtos. Mas, enquanto o Governo tudo faz para levar ao fracasso as acanhadas negociações com os representantes da Alemanha democrática que se encontram no Rio, o Presidente da República aconselha aos lavradores de café a substituírem os tipos tradicionais de nossa exportação, encorajando, assim, a nova pressão baixista que já se desenha na Bolsa de Nova Iorque. Há ofertas concretas de fornecimento de matérias primas industriais e de maquinaria de todo o tipo, da parte de países socialistas. Mas, enquanto isso, o Presidente da República busca a via de novos empréstimos lesivos ao Brasil, persiste na escravização ao mercado americano e, ainda por cima, permite que crie fôlego em certos setores de sua assessoria, a falsa tese de que é preciso «desinvestir para reinvestir», jôgo de palavras sonoro com o qual se pretende justificar a venda de Volta Redonda, da Acesita, e a participação da Standard Oil e congêneres no negócio do petróleo.

O sr. Juscelino Kubitschek que não teve altura para recusar o encontro de Panamá, — assim como rechaçou o de Montevideu (também armado pelo Departamento de Estado) —, viverá, nos próximos dias, um dos momentos culminantes de sua carreira. Trata-se de uma definição, diante do imperialismo lanque. O mínimo que se reclama do Chefe do Governo é que não fale a linguagem submissa, tão de agrado no Itamarati, e que se recuse a novos compromissos impatrióticos. Se a delegação brasileira situar-se na Conferência do Panamá na posição de defesa dos interesses dos países latino-americanos que reclamam uma nova política internacional em lugar de postar-se, como sempre fazem as delegações brasileiras, no papel de es-cudeiro-mór da delegação lanque, auxiliando-a a quebrar resistências e a impor seus pontos de vista, terá aberto o caminho para a recuperação de um prestígio desgastado por seis meses de mau governo, e tornará mais fáceis as tarefas de nosso povo. Mais fáceis, apenas. Porque, quaisquer que sejam os obstáculos, elas serão cumpridas fielmente, pois para isso existem a força e o ânimo necessários.

O INIMIGO EXISTE

PALMIRO TOGLIATTI

A reviravolta atualmente realizada no movimento comunista internacional é tão profunda e ampla que se torna difícil avaliar toda sua importância. O sentido desse movimento é o do socialismo, da paz e da democracia. Desse movimento participa um sistema de Estados. Desenvolvem-no partidos que há décadas se encontram no poder e que alcançaram, na atividade de transformação da estrutura econômica e política da sociedade, conquistas de tal alcance que anteriormente eram consideradas até mesmo impossíveis. Em todos os países onde o capitalismo ainda domina, dentro do limite de suas ações prestam sua contribuição e esta causa partidos e grupos oposicionistas com profundas raízes na classe operária e no povo. É um movimento multilateral, que depara com problemas velhos e novos e os resolve em condições criadas pelo próprio movimento, que marcha com segurança para frente.

Hoje existe no mundo não só um Estado socialista, cercado e assediado por toda sorte de inimigos, como o era a União Soviética durante vinte anos, mas, sim, um sistema de Estados socialistas. Consequentemente a classe operária e os partidos que se encontram no poder nesses países adquirem nova firmeza nas ações econômicas e políticas, na perspectiva de desenvolvimento

mais amplo, uma liberdade renovada e a audácia nos programas e no movimento.

Penso que os dirigentes capitalistas já deveriam de há muito se ter convencido da utopia em que resulta a esperança de fazer voltar os velhos regimes econômico-sociais nos lugares onde foi ou está sendo construída a sociedade socialista. Pelo menos deveriam compreender isso aqueles que ainda mantêm certo senso da realidade. O que ocorre no mundo socialista deveria tornar essa convicção ainda mais firme. A reviravolta realizada pelo movimento comunista tem o sentido de reforçar a sociedade socialista, de construí-la mais rápida e firmemente, de estabelecer ligações mais efetivas entre a direção e as massas populares. Não é possível marchar em sentido oposto, como não podem tomar um sentido oposto aos princípios que regem nosso movimento, todos os debates que ocorrem em nossas próprias fileiras, ajudando-nos a progredir.

Isso o inimigo não quer e não pode compreender. O inimigo existe. É forte, ativo e implacável. O inimigo é forte fora de nosso cam-

po mas neste ainda possui forças e pontos de apoio. Seria mau se esquecêssemos isso. Os acontecimentos desenrolados em Poznan lembram-nos isso com vigor particular. E aquele que não o notou é advertido pelo desenfreado vozerio em que as manifestações dos fascistas de ontem e de hoje fundem-se de maneira tocante com as opiniões emitidas pelo vice-presidente do Conselho de Ministros, o social-democrata Saragat, que saudou as ações provocadoras dos agentes imperialistas em Poznan.

Criticamos e rejeitamos a teoria segundo a qual a medida em que a sociedade socialista conquista vitórias e progride cresce inevitavelmente o número de seus inimigos, não só porque essa teoria é falsa, mas porque é também uma fonte de ações errôneas. A verdade é outra. A verdade é que as vitórias alcançadas pelo socialismo conquistam-lhe novas e novas simpatias e partidários, e que o socialismo se torna cada vez mais forte. Basta observar o mundo de hoje para nos conver-

termos disso. No entanto, o inimigo existe. Não cede e acalenta esperanças absurdas.

Deve ser claro — e penso que até mesmo não seria necessário mencioná-lo — que o inimigo não é de forma alguma o homem trabalhador que exige maior interesse para a solução das questões concretas relativas à sua existência. Num país que constrói o socialismo não pode deixar de haver dificuldades que causam obstáculos a solução ideal dessas questões. Elas não podem deixar de existir no mundo e, em particular, no mundo de hoje, em que durante dezenas de anos todos os povos suportaram o peso da «guerra fria», a ameaça real de um novo conflito armado. Sabemos muito bem que forças foram lançadas para barrar o caminho ao socialismo. Inimigo é aquele que, no processo que visa superar as dificuldades existentes com menor número possível de sacrifícios, se entrega a provocações, à violência, à luta armada contra o poder operário, popular e socialista.

inimigo, o isole — o que é mais fácil fazê-lo hoje do que em qualquer outra época — e o vença.

Não conhecemos as dificuldades concretas com que necessariamente deparam, todos os dias, os nossos camaradas poloneses, ao resolverem os problemas que surgem. Sabemos, porém, que conquistaram êxitos de tal envergadura que transformaram a fisionomia da velha sociedade reacionária polonesa e levaram à construção da nova jovem Polónia democrática e socialista. Devemos, por isso, ser cautelosos e sérios em nossos julgamentos. A existência entre as massas operárias e populares de uma organização política de vanguarda e, suas ligações ininterruptas, em quaisquer circunstâncias, com os operários e o povo, é, para nós, comunistas a condição fundamental e decisiva para que fatos amargos semelhantes aos de Poznan não mais possam ocorrer.

Conhecemos com que energia, com que espírito de sacrifício, com que inteligência trabalham e continuam a trabalhar nesse sentido, frequentemente em condições muito difíceis, nossos camaradas poloneses. Sabemos como lutam hoje para dar um novo impulso democrático ao desenvolvimento da sociedade que dirigem, e só podemos desejar-lhes êxitos nessa atividade.

QUEM LUCRA COM A CARESTIA?

QUANTO O POVO DESEMBOLSA COM O SIMPLES AUMENTO DE PREÇO DE UMA MERCADORIA — UM CÁLCULO QUE EXPLICA A FONTE DA CARESTIA

Ainda não entraram em vigor os novos salários mínimos e já se esboça outra onda de aumentos de preços, através da qual o grande patronato e os especuladores pretendem destruir as insignificantes melhorias conquistadas pelos trabalhadores. De imediato, pretende-se aumentar os preços do pão, da carne, dos transportes e do açúcar. Sem tabelamento, as rouνας e calçados foram fortemente majorados.

PREÇOS E SALÁRIOS

Cal por terra, assim, a balança de que são os salários que impelem os aumentos dos preços. O contrário é que sucede: a elevação dos preços é que precede a elevação dos salários.

Nos países socialistas, como se sabe, os salários aumentam, enquanto os preços são reduzidos. Evidentemente isto acontece em consequência de sua estrutura econômica. Mas, ainda mesmo nalguns países capitalistas, é possível exemplos que mostram que os salários podem aumentar sem nenhuma elevação nos preços. Na Alemanha Ocidental, apesar de precário o nível de vida dos trabalhadores e do desemprego, os salários dos trabalhadores ocupados tiveram um aumento, desde o fim da guerra, de perto de 40 por cento. Os preços, entretanto, subiram, apenas, em pouco mais de 10 por cento.

Mas, para desfazer-se o argumento mentiroso de que aumentos de salários provocam a carestia, bastará calcular-se o que representa cada aumento geral de salários e cada aumento de pre-

ço das mercadorias. Quanto desembolsa cada ramo da indústria ou do comércio com os aumentos de salários e quanto embolsa com o aumento dos preços de suas mercadorias?

A diferença é enorme. Por exemplo, só no Distrito Federal, são consumidos, diariamente, 400 mil quilos de carne verde. Pois bem, um aumento de 3 cruzeiros no quilo da carne representa para os frigoríficos — só no Distrito Federal — uma arrecadação extra de Cr\$... 1.200.000,00, ou sejam, Cr\$ 36.000.000,00 mensais. Pois bem: ainda que todos os trabalhadores de matadouros e frigoríficos nesta capital — cerca de 10.000 — obtivessem um aumento de 2.000 cruzeiros em seus salários, as empresas do ramo ainda teriam um lucro extra de 16 milhões de cruzeiros mensais.

Vemos, por este cálculo, que um simples aumento de 3 cruzeiros no preço de uma só mercadoria, como a carne, representa, para a população do Rio de Janeiro, um desembolso mensal de 36 milhões de cruzeiros. Imagine-se, agora, o que não lucram os especuladores com o aumento médio de mais de 30 por cento nos preços, em geral, já assinado neste semestre, sem que os salários tenham sido, até agora, efetivamente elevados.

MEDIDAS CONCRETAS CONTRA A CARESTIA

Estes são fatos que devem ser levados ao conhecimento dos trabalhadores e do povo para que exijam, organizadamente do governo, medidas práticas e concretas contra a carestia — medidas

exequíveis que podem ser imediatamente adotadas. Algumas delas: 1 — congelamento de preços de certas utilidades essenciais; 2 — libertação do Brasil do monopólio lanque de nosso comércio exterior, através do comércio com todos os países do mundo, particularmente os países do campo socialista; 3 — taxaço rigorosa dos lucros extraordinários.



Os comandos de operários, estudantes e donas de casa saíram às ruas do Distrito Federal para coletar assinaturas contra o aumento dos preços dos ônibus, como mostra a foto.

UNIFICAÇÃO DO POVO PARA IMPOR O CONGELAMENTO DOS PREÇOS

A conquista do salário-mínimo colocou na ordem-do-dia, com novo vigor, a necessidade do congelamento dos preços dos gêneros essenciais e da adoção de medidas imediatas para deter a elevação do custo da vida, sem o que, em breve seria anulado o aumento salarial. Em todo o país ergue-se o clamor popular contra a carestia, traduzido em atos concretos como a recente Convenção Contra a Carestia, na Bahia, e as campanhas realizadas pelos operários, estudantes e donas de casa em São Paulo e no Distrito Federal.

SÃO PAULO: TRANSPORTES

Na capital paulista foi constituída uma comissão, integrada por dirigentes sindicais, estudantes e feministas, que mobiliza e unifica o povo na luta contra a extorsiva majoração das tarifas da C.M.T.C. (bondes e ôni-

bus) decretada pelo prefeito Piza. A campanha levou a Câmara Municipal a aprovar uma lei reduzindo o preço das passagens e concentrou-se posteriormente na luta pela rejeição do veto imposto a essa lei. Sob a direção da comissão os paulistanos foram às ruas em concentrações, passeatas e comícios. Debates, assembléias e outras iniciativas foram tomadas.

Com a constituição do Pacto de Unidade — que engloba mais de 60 sindicatos da capital — a luta ampliou-se para conseguir o congelamento dos preços, a elevação do salário-mínimo para Cr\$ 4.000,00, a diminuição das contribuições para previdência, o aumento do salário profissional, a revogação do decreto anti-grevo 9.070, etc.

UNIDADE POPULAR

No Rio, a Comissão Permanente Contra a Carestia

LUCROS FABULOSOS

Os comandos populares dirigiram-se aos pontos de maior concentração de passageiros e aos pontos finais dos transportes, clamando o povo a lutar contra o aumento das tarifas, coletando assinaturas num memorial-monstro a ser entregue ao prefeito, confraternizando-se com os motoristas e trocadores. Em uma das linhas (ônibus 12 e 112) o comando apurou que cada ônibus transporta uma média diária de 900 passageiros, a Cr\$ 4,00 cada um, o que rende Cr\$ 3.600,00 diários. Deduzindo-se Cr\$ 1.000,00, no máximo, de despesas (Cr\$ 240,00 de óleo, Cr\$ 320,00 para 2 motoristas, Cr\$ 160,00 para 2 trocadores e Cr\$ 280,00 para conservação e garagem), há um lucro líquido, por dia, de Cr\$ 2.600,00 proporcionado por cada ônibus. Como são 40 ônibus na linha: a «Limousine Federal» obtém cento e quatro mil cruzeiros de lucro por dia e Cr\$ 3.120.000,00 por mês!

A firmeza demonstrada pelos operários e estudantes fez o prefeito sustar o aumento. Diante dessa primeira vitória na atual campanha e fortalecidos pelo barateamento imposto pelo povo no aumento das tarifas dos bondes, recentemente, os componentes da Comissão estão dispostos a intensificá-la e, apoiados pela massa da população carioca, a impor um paradeiro à corrida alstia.

Nova Lei de Pensões Aprovada Pelo Soviet Supremo

AMPLIAM-SE AS CONQUISTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES SOVIÉTICOS — APOSENTADORIA ATE COM 16 ANOS DE SERVIÇO PARA AS MULHERES QUE TRABALHAM EM DETERMINADOS RAMOS DA INDÚSTRIA

O Soviet Supremo da URSS, na sessão realizada a semana passada, aprovou o projeto governamental de Lei de Pensões do Estado. A nova lei é um passo à frente no sentido da elevação do nível de vida dos trabalhadores soviéticos e amplia seus direitos sociais.

Antes de ser votado, o projeto governamental foi submetido à consideração dos sindicatos e dos trabalhadores, que o discutiram amplamente, apresentando sugestões e modificações. A lei agora aprovada pelo Soviet Supremo da União amplia ainda mais o direito dos cidadãos da URSS à assistência material na velhice, assim como em caso de enfermidade e de perda da capacidade do trabalho. Este direito sempre foi garantido pelo Estado soviético. As pensões são pagas integralmente, dos fundos do Estado e sociais.

QUEM TEM DIREITO DE RECEBER PENSÕES

Na União Soviética têm direito a pensões do Estado os operários e empregados, os militares, os estudantes das escolas superiores e secundárias especializadas, das escolas e cursos de capacitação de quadros, assim como outros cidadãos que fiquem inválidos no cumprimento de deveres do Estado ou sociais. Têm ainda direito às pensões os parentes desses cidadãos, quando perdem o arrimo da família.

Segundo a nova Lei, as pensões do Estado são concedidas por velhice, invalidez ou em caso de perda do chefe da família. As pensões são pagas com as verbas orçamentárias da União Soviética. Para o recebimento de pensões, os operários e funcionários não sofrem qualquer desconto em seus salários e ordenados. As pensões estão isentas de im-

PENSÕES AOS INVALIDOS

Todos os inválidos para o trabalho têm direito a pensões do Estado. Os inválidos, segundo a nova Lei, subdividem-se em três grupos, segundo o grau da perda da capacidade de trabalho. Os grupos são determinados por comissões de médicos e trabalhadores.

As pensões aos que ficarem mutilados em consequência de acidente do trabalho ou moléstias profissionais são concedidas independentemente do tempo de serviço; os que ficaram inválidos em consequência de enfermidade comum recebem as pensões de acordo com o tempo de serviço.

PENSÃO POR VELHICE

A pensão, por velhice, é paga aos operários e empregados nas seguintes bases: aos homens, aos 60 anos de idade e mais de 25 anos de trabalho; às mulheres, aos 55 anos de idade e 20 anos de trabalho.

Os trabalhadores e empregados que realizam serviços ao subsolo, em condições insalubres ou em oficinas com alta temperatura têm o direito à aposentadoria aos 50 anos

de idade e 20 de serviço; as mulheres, aos 45 anos de idade e 16 de serviço. Aos ocupados noutros ramos de serviços pesados a aposentadoria é concedida aos 55 anos de idade e aos 25 de serviço (para homens); e aos 50 de idade e 20 de serviço, (para as mulheres).

A pensão mínima por velhice é de 300 rublos mensais (cerca de 3 mil cruzeiros) e a máxima de 1.200. As pensões por velhice são atribuídas para toda a vida, independentemente da capacidade de trabalho de quem a recebe, que pode, sem perder a pensão, realizar outros serviços remunerados.

PENSÃO AS FAMILIAS QUE PERDEM O ARRIMO

Em caso de morte do chefe da família, têm direito a pensão os membros da mesma que não estejam aptos para o trabalho e que viviam às expensas do falecido. A quantia da pensão depende do número de dependentes não aptos para o trabalho. A pensão aos membros de uma família que perdeu o arrimo é paga integralmente, ainda que recebam outra remuneração.

PENSÃO AOS MILITARES E SUAS FAMILIAS

Os soldados, sargentos e brigadas do serviço ativo têm direito a pensão em caso de invalidez, e seus familiares, em caso de morte do chefe da família. A pensão é atribuída independentemente de antiguidade no serviço militar. Os antigos guerrilheiros gozam dos mesmos direitos dos militares.

A pensão é calculada à base do salário médio dos últimos doze meses, percebido pelo trabalhador. Não pode ser inferior à pensão mínima, nem superior aos 100 por cento dos salários percebidos.

Os professores, médicos e outros especialistas, assim como os cientistas e suas famílias têm direito a pensões por anos de serviço.



O Estado Soviético assegura ao operário Vassili Fiodorovitch as férias que goza no campo. Ao partir para a pesca no rio, a pequena Iria, sua vizinha, pede-lhe que traga de volta um peixe grande. E com um gesto lhe indica o tamanho.

NO MOINHO FLUMINENSE

O CONSELHO SINDICAL A FRENTE DAS LUTAS DOS TRABALHADORES

O Conselho Sindical dos trabalhadores do Moinho Fluminense foi fundado há cerca de 18 meses, quando eles sentiram a necessidade de se organizarem no próprio local de trabalho para lutar com êxito por suas reivindicações. Composto pelos operários Augusto Silva, Francisco de Assis, José Nascimento, Claudionor Batista,

Amário Calixto, Araujo Pereira, Waldemar Maciel e outros, é hoje um órgão prestigiado por todos os trabalhadores e indiretamente reconhecido pela própria empresa.

LUTAS VITORIOSAS

O Conselho Sindical adquiriu prestígio na luta permanente pelos direitos dos

900 operários que ali trabalham. Uma dessas lutas vitoriosas foi contra a convocação para trabalho aos domingos e contra a ameaça da empresa de demitir os trabalhadores que faltassem 3 vezes às convocações. Depois de um trabalho de esclarecimento e mobilização dos operários, o serviço foi paralisado às 14 horas e reiniciado somente quando a empresa comunicou que sus-

pendera as convocações dominical e as ameaças de demissão.

Outra paralisação vitoriosa foi feita quando os patrões quiseram retirar aos operários o direito estabelecido há dezenas de anos de saírem 15 minutos antes da hora de encerramento do trabalho para tomar banho e mudar a roupa.

REIVINDICAÇÕES

Atualmente, o Conselho Sindical e os operários do Moinho Fluminense têm um programa de reivindicações, algumas das quais são: aumento de salários em 30% (mínimo de Cr\$ 1.000,00 e máximo de Cr\$ 1.000,00, e máximo de Cr\$ 1.500,00, proposta conciliatória apresentada pelo presidente da Junta e aceita pelos trabalhadores em moínhos); congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, para que não seja anulado o aumento de salários (os trabalhadores em moínhos estão participando da Comissão Permanente Contra a Carestia); contra a fática usada pela empresa de classificar os operários, na caderneta, como fazendo «serviços gerais», a fim de diminuir-lhes os direitos e pagar menos; pelo pagamento da taxa de insalubridade aos que trabalham na seção de «rações balanceadas», onde há poeira, umidade e calor (quando vem a pericia, os chefes param a indústria e limpam tudo); pela entrega da caderneta e pagamento do salário aos operários que entram em férias antes do dia marcado para isso (atualmente a empresa avisa ao operário que entrará em férias com dois dias de antecedência somente e só paga o salário e entrega a caderneta alguns dias depois que ele já está em férias).

CONGRESSO NAC. DOS GRAFICOS

COM a presença de representantes de vários Estados, realizou-se, na Capital da República, o Congresso Nacional dos Gráficos, que se encerrou solenemente no dia 14. O Congresso discutiu um temário no qual figuravam importantes reivindicações da corporação, além de questões que interessam a todos os trabalhadores, como a melhoria da previdência, a autonomia e liberdade sindical, etc. Uma resolução do Congresso reclama prerrogativas legais capazes de fortalecer a atuação dos delegados sindicais e conselhos sindicais de empresas, assinalando a necessidade de reconhecimento, ao delegado sindical, de acompanhar os fiscais do Ministério do Trabalho em sua atividade nas empresas, bem como da outorga ao mesmo, de estabilidade de provisoriedade — garantido o delegado sindical contra as perseguições patronais. A solenidade de encerramento do Congresso compareceu um representante do ministro da Guerra, general Teixeira Lott.

CONVENÇÃO DE AJUDA À IMPRENSA DEMOCRÁTICA EM SALVADOR

POR INICIATIVA de uma ampla comissão de amigos da imprensa democrática realizar-se-á, em Salvador, no dia 22 do corrente, uma Convenção de Ajudismo à Imprensa do Povo. A Convenção discutirá os problemas relacionados com a melhoria e o reequipamento técnico de "O Momento", matutino popular da capital baiana que, atualmente, empenha-se numa campanha visando adquirir novas máquinas de composição e impressão, bem como ampliar sua difusão em todo o Estado.

Uma comissão central prepara e dirigirá a Convenção. Comissões foram organizadas em bairros e empresas da capital, nos principais municípios do interior, etc. Destas comissões sairão os delegados à Convenção, a qual estão sendo convidados, também, organizações popu-

lares, sindicatos, clubes esportivos e outras entidades de massa. A comissão central e as diversas comissões programaram palestras sobre a importância da imprensa democrática e a necessidade de reequipá-la, nos bairros e empresas. Os democratas baianos esperam que a Convenção será um marco no esforço pela melhoria de "O Momento", e que os trabalhos da mesma decorram em um ambiente de cordialidade, de crítica franca e debate corajoso da atuação da imprensa popular, de suas debilidades e dos meios de melhorá-la no Estado. Somente assim a Convenção poderá alcançar os nobres objetivos a que se propõe e que fazem dela não só um acontecimento importante, mas também uma experiência a ser estudada pelos amigos da imprensa democrática nos demais Estados.

VIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

DIRIGENTES DO P.C. VISITARAM MOSCOU

REGRESSARAM a Roma os delegados do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, que visitaram Moscou, onde mantiveram entendimentos com os dirigentes do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. O camarada Giancarlo Pajetta, membro da delegação do C. C. do P. C. I., declarou, ao regressar da capital soviética: «Aproveitamos nossa visita para examinar alguns problemas atuais, especialmente após o XX Congresso do P. C. U. S. Apresentaremos um relatório ao Partido sobre os encontros que tivemos. Por ora podemos dizer apenas que estamos satisfeitos e achamos que nossa visita foi para nós de grande interesse».

CONVERSACÕES ENTRE O P.C.U.S. E O P.C. BRITÂNICO

EM MOSCOU realizou-se um encontro entre dirigentes do Partido Comunista da Grã-Bretanha e do Partido

Comunista da União Soviética. Pelo P. C. Britânico participaram do encontro Harry Pollit e outros dirigentes e pelo P. C. U. S. Nikita Sergueievich Kruschiov, P. Pospelov e B. Ponomariov. O Presidium do C. C. do P. C. U. S. ofereceu um almôço de confraternização aos dirigentes britânicos.

CONGRESSO DO P. C. DA TUNÍSIA

REALIZOU-SE recente-

mente o V Congresso do Partido Comunista da Tunísia que adotou uma resolução sobre a política geral do Partido — na base do informe apresentado pelo secretário geral, camarada Mohamed Ennaffaa — e aprovou o novo Programa do Partido. Quarenta delegados participaram dos debates. O Congresso elegeu o novo Comitê Central e este o Secretariado, do qual fazem parte. M. Ennaffaa, M. Karmel e A. Majeri.

O Govêrno e Bung & Born Impedem O Desenvolvimento da Triticultura Nacional

NECESSÁRIA A UNIDADE DOS TRITICULTORES, PEQUENOS MOAGEIROS E PATRIOTAS INTERESSADOS NA QUESTÃO — BUNG & BORN MANEJA O ITAMARATI — FRAUDES PRATICADAS PELO TRUSTE

Se o Brasil não tivesse importado trigo durante o ano passado, poderiam ter sido contruidas 4.203 escolas rurais no país, de um milhão de cruzeiros cada uma, com o dinheiro gasto para aquêle fim! Ou então, por exemplo, uma rede de silos no sul do país, medida que vem sendo adiada sucessivamente há anos. Com efeito, dispensei em 1955 nada menos de 161 milhões de dólares (4 bilhões, 203 milhões de cruzeiros) com a compra de trigo estrangeiro, o que equivale a 12% do total das importações efetuadas naquele período.

Isso não quer dizer, evidentemente, que se possa suspender imediatamente as importações, mas vem demonstrar que a solução do problema do trigo no Brasil é questão de emancipação econômica, urgente e inadiável. É inadmissível que o Brasil continue dependendo de divisas valiosas e permitindo essa sangria depauperadora em nossa economia, quando pode perfeitamente produzir o trigo necessário para seu consumo. Isto, aliás, não seria novidade, já que fomos os maiores produtores sul-americanos do chamado «cereal nobre» e em 1802 o exportávamos para o Uruguai.

Por que razão, entretanto, o Brasil necessita ainda importar trigo? Qual é a causa do «problema do trigo»? Por que falta pão agora no Distrito Federal?

A causa direta do problema está na nefasta ação combinada de sucessivos governos entreguistas com o truste internacional do trigo, Bung & Born, e com outros grandes moinhos inescrupulosos. Sabotando a produção tritícola nacional por todos os meios — inclusive através das mais descaradas e criminosas fraudes: «trigo-papel», «nacionalização do trigo», «passeio do trigo», etc. — e monopolizando a moagem, o Bung & Born vem auferindo lucros fabulosos. Quanto ao governo, não só não realiza uma política para solucionar o problema, como nem sequer providencia transporte para que a safra gaúcha não apodreça. O governo Dutra quis, inclusive, extinguir o Serviço de Expansão do Trigo. Vê-se que o problema é amplo e que sua solução dependerá da luta unida e enérgica dos triticultores dos pequenos moageiros, dos nanificadores e dos patriotas.

O INÍCIO DA «BATALHA DO TRIGO»

Depois que a ferrugem (uma insidiosa doença), destruiu completamente as antigas plantações de trigo no Brasil, só nas últimas décadas a questão voltou a ser agitada e, particularmente após a crise mundial desse produto no pós-guerra, assumiu em nosso país dimen-

sões de problema nacional. A «batalha do trigo» é muito semelhante à «batalha do petróleo» e os inimigos e seus argumentos são idênticos: «O Brasil é um país tropical e não pode produzir trigo», «o trigo não se adapta ao solo e clima brasileiros», «a produção de trigo no Brasil é anti-econômica, o trigo estrangeiro é mais barato», etc. Os triticultores tiveram que desmascarar na prática, produzindo o cereal, esses falsos argumentos soprados pelo Bung & Born às entidades governamentais.

CAPCIOSA ARGUMENTAÇÃO DO C. N. E.

O Conselho Nacional de Economia, por exemplo, em sua «Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil — 1955», entileira argumentoc como «... a cultura do trigo no Brasil dificilmente se emancipará do ambiente artificial que lhe propicia o Govêrno», de que se deve «evitar o mais possível o intervencionismo estatal nesse setor», de que «... o trigo, planta de clima temperado, não deve ser componente básico da dieta nacional, pois será sempre um alimento de alto preço». Em seguida, aponta sugestões para «restringir o fomento da triticultura» àquelas regiões de alto rendimento, a «fixação do preço mínimo do trigo nacional em nível que desestimule a sua cultura em condições anti-econômicas» e a concessão de crédito somente aos

triticultores que obtenham mais de 900 quilos por hectare, «considerando anti-econômicas e, portanto, nocivas aos interesses do povo, as lavouras de produtividade inferior a tal limite».

DA QUANTIDADE À QUALIDADE

Se aceitas pelo govêrno, as sugestões do Conselho Nacional de Economia levariam ao completo aniquilamento da incipiente produção tritícola nacional. Pois, trata-se de um trabalho de certo modo pioneiro e que, no início, exige grande inversão de capitais, estímulo e ajuda do govêrno. Não se pode iniciar uma produção de trigo e imediatamente obter, por obra e graça dos céus, elevado rendimento cultural e baixo custo da produção, como não se pode obter lucros no início da exploração e industrialização do petróleo.

Isso será obtido, no devido tempo, com um amplo estímulo da produção, a mecanização das lavouras, a seleção de sementes, a fertilização do solo, a formação de técnicos, além de uma justa política econômica do trigo, e não «restringindo» as áreas de cultivo do cereal. Em síntese, é da quantidade que se chega à qualidade.

Mas o que preocupa o Conselho Nacional de Economia e o Bung & Born não é o baixo rendimento da produ-

ção nacional. E, exatamente, o fato de que esse rendimento vem aumentando sempre: 519 quilos por hectare em 1944, 755 em 1948, 852 em 1952 e cerca de 900 em 1956, enquanto a produção do país já atinge um milhão de toneladas.

Se considerarmos que esses êxitos são obtidos apesar do govêrno e do Bung, concluiremos que — adotando uma justa política tritícola — o Brasil poderia se emancipar nesse terreno em breves anos.



O Moinho Fluminense S.A. (cuja fachada aparece na foto) é um dos nomes brasileiros do Bung & Born

NEFASTA ATIVIDADE DO TRUSTE

O Bung & Born é o maior truste internacional do trigo. Além de controlar a produção tritícola do continente americano, seus tentáculos espalham-se por todo o chamado «mundo ocidental», através de consórcios, associadas, subsidiárias, bancos, etc. Uma de suas cabeças principais é a Bunge North American Grain Corporation, nos Estados Unidos. Sua técnica é a mesma «genialmente» descoberta por Rockefeller: monopolizar os setores mais lucrativos e deixar os mais custosos aos «bobos». Como se sabe, quando da corrida petrolífera nos Estados Unidos, Rockefeller deixou que outros se empenhassem na perfuração de poços, operação custosa e incerta, e tratou de instalar refinarias e dominar o transporte e a distribuição do petróleo (como, em parte, faz no Brasil). O Bung & Born monopoliza a moagem — 61,4% da capacidade moageira do Brasil está em suas mãos — e a distribuição da farinha, ficando com a

parte do leão. Alguns de seus nomes no Brasil são: Moinho Santista, Moinho Fluminense, Grandes Moinhos do Brasil, Moinhos Rio-Grandenses S.A., etc.

O BUNG NA COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO

A Comissão Consultiva do Trigo (do Departamento Econômico do Itamarati) é encarregada de firmar os acordos para importação de trigo. No ano passado, assinou o escandaloso acôrdo de troca de tório brasileiro por 500.000 toneladas de trigo americano. Agora, rejeitando ofertas de países do Leste europeu e em detrimento de fornecedores tradicionais do Brasil, concluiu outra compra de 1.800.000 toneladas dos excedentes americanos desse cereal. Mas não é difícil compreender porque a C.C.T. se coloca contra os interesses nacionais: em carta datada de 27 de outubro de 1954, o incorporador do Moinho Mineiro S.A. (cuja instalação em Minas foi longamente obstaculizada por essa e outras entidades governamentais) denunciava a uma repartição oficial que «faz parte da Comissão Consultiva do Trigo o sr. Alfredo Augusto Ferreira, que é um dos diretores do Moinho Fluminense, sabidamente pertencente ao TRUSTE INTERNACIONAL, e verificamos este fato único: o TRUSTE interferindo oficialmente nas resoluções oficiais e criando toda a sorte de dificuldades ao desenvolvimento de nossa incipiente produção agrícola e moageira em detrimento dos reais interesses da Nação e em seu benefício próprio!». Dispensam-se comentários...

DISPARIDADE DE PREÇOS E FRAUDES

Atualmente o govêrno concede câmbio oficial para pagamento das importações de trigo (o chamado «dólar-trigo»: Cr\$ 18,72 mais ágio de Cr\$ 7,00 igual a Cr\$ 25,72). Por essa razão — e não porque o trigo estrangeiro seja mais barato — o trigo importado é entregue aos moinhos pela metade do preço do trigo nacional. Essa diferença de preços é aproveitada pelo Bung & Born para auferir, fraudulentamente, ainda maiores lucros.

Essas fraudes são conhecidas com os nomes de «nacionalização do trigo» (venda do trigo estrangeiro, adquirido por baixo preço, como trigo nacional, «operação» que rende 100%), «trigo-papel» (como não lhes interessa comprar o trigo nacional porque custa o dobro do importado — embora sejam legalmente obrigados a fazê-lo — os moinhos compram-no ficticiamente, só no papel, e apresentam o trigo estrangeiro como o que «compraram»), «passeio do trigo» (deslocamento de uma mesma quantidade de trigo para diferentes moinhos, apresentando-a aos fiscais como a cota obrigatória de trigo nacional que tinham de comprar) e mesmo o contrabando puro e simples de trigo argentino, que é depois apresentado como nacional.

Por aí se vê a extensão da ação do Bung & Born na economia nacional: vende o trigo ao nosso país, compra-o aqui por preço privilegiado, pratica fraudes criminosas para obter lucros «extras», industrializa-o e distribui a farinha aos nanificadores!!!



A falta de transportes agrava ainda mais os problemas dos triticultores brasileiros e provoca anualmente o apodrecimento de toneladas de trigo no Rio Grande do Sul. Este fato repete-se todos os anos e nenhuma providência é tomada pelo govêrno, que permite, no entanto, a sonegação de farinha pelos moinhos, no Distrito Federal, provocada artificialmente para aumentar o seu preço e possibilitar maiores lucros ao Bung & Born.

CONQUISTADO COM LUTAS O NOVO SALÁRIO-MÍNIMO

MANTER A CONQUISTA CONTRA A OFENSIVA DOS PATRÕES

EMBORA não atendendo às necessidades materiais dos trabalhadores brasileiros — por não estarem de acordo com as exigências do alto custo da vida — os novos níveis de salário-mínimo decretados pelo presidente da República representam uma vitória parcial dos operários e empregados. Em alguns Estados, particularmente naqueles onde as lutas dos trabalhadores foram mais vigorosas, importantes vitórias foram conquistadas. Esta a justa opinião dos dirigentes sindicais da Capital da República que, reunidos após a assinatura do decreto presidencial, assinalaram como os mais importantes resultados da campanha dos trabalhadores por um salário-mínimo justo e contra a proclamação oficial do decreto: 1) — o salário-mínimo foi revisto antes do prazo de três anos, determinado pela Consolidação das Leis do Trabalho, levando-se em conta o ritmo avassalador da carestia da vida; 2) — foi conquistada a excepcionalidade, isto é, a dispensa do prazo de 60 dias, igualmente previsto na CLT, para vigência do aumento; 3) — embora não conquistando níveis de acordo com suas necessidades, os trabalhadores conseguiram derrotar os pontos de vista patronais em quase todos os Estados, conquistando a fixação de mínimos acima dos cálculos do SEPT, o que significou aumentos de 50, 60, 70 e em alguns casos de mais de 100% nos salários vigentes. Do ponto de vista do reforço da unidade e organização dos trabalhadores, e de sua mobilização, grandes êxitos foram, igualmente, alcançados. Importantes e vigorosas lutas foram travadas — destacando-se as greves gerais do Rio Grande do Sul e do Maranhão e as jornadas dos operários paulistas — criando condições para novas e maiores lutas dos trabalhadores. O movimento sindical seiu da campanha fortalecido, cresceu o prestígio e a influência dos sindicatos no seio das massas trabalhadoras. O movimento operário avançou em todo o país.

TENTAM OS PATRÕES ANULAR O AUMENTO

ANTES mesmo da assinatura do decreto de aumento do salário-mínimo, os patrões iniciaram violenta ofensiva visando não somente impedir a fixação dos níveis exigidos pelos trabalhadores (o que, afinal, só em parte conseguiram) como anular qualquer aumento concedido. Esta ofensiva que, agora, assume um caráter criminoso, orienta-se em dois sentidos principais:

1 — Desemprego em massa de trabalhadores. Somente na Capital da República já sobe 2 mais de quinze mil o número de operários despedidos. Em apenas uma fábrica de tecidos — a Confiança — quase mil trabalhadores foram postos na rua, sem indenização. Na construção civil as dispensas assumem proporções maiores: milhares de operários estão sendo despedidos, sem indenização. Com essa atitude os patrões não só tomam uma represália contra os trabalhadores, alvo do ódio patronal porque conquistaram lutando, aumentos de salários, como sobretudo criam condições para burlar os novos níveis agora fixados. O expediente é velho. Despede-se um trabalhador, cujo salário teria que ser obrigatoriamente elevado, e admite-se um novo, mediante condições escravizadoras e ilegais, a primeira das quais é dar recibo do salário-mínimo e receber, de fato, um salário mais baixo. Os patrões esperam que não falte quem aceite emprego nessas condições. Despedindo operários em massa, eles contam com um aumento considerável do número de desempregados e, conseqüentemente, da oferta de mão-de-obra, o que lhes permitirá especular, com as dificuldades dos trabalhadores. Além disso, preparam-se para "reverter" (isto é, rebaixar) as tarifas de produção em vários setores da indústria, aumentar a exploração nos contratos de empreitadas e, simultaneamente, intensificar o ritmo do trabalho. Enfim, as grandes empresas preparam uma intensificação brutal da exploração da classe operária.

2 — Aumento da carestia. Ocultando seus enormes lucros, os patrões procedem ao que chamam "re-marcacão" dos preços para "atender" — dizem eles, capciosamente — aos novos níveis de salário mínimo que "não podem" pagar com os lucros atuais. Trata-se de arrancar aos próprios trabalhadores o aumento de salários conquistados, de transferir a despesa do aumento, que deve ser paga com parte dos lucros, para a bolsa de todo o povo. Pretendem conseguir isso com o

encarecimento desenfreado de todos os preços dos gêneros e artigos de amplo consumo. Pretendem, enfim, anular a elevação do salário-mínimo e ir além: servir-se deste como pretexto para agravar a especulação e elevar ainda mais seus lucros.

A ofensiva patronal está em marcha e conta com uma vasta cobertura da imprensa a serviço dos patrões, que procura, por meio dos "argumentos" mais capciosos, mistificar a opinião pública, apresentando como "inevitáveis" o desemprego e a agravacão da carestia.

LUTAR CONTRA A CARESTIA

POR MEDIDAS concretas contra a carestia! Esta é a palavra de ordem que, neste momento, começa a mobilizar os trabalhadores brasileiros para grandes lutas. Deter a carestia, impedir o encarecimento dos gêneros e artigos de amplo consumo, é uma necessidade imperiosa para as grandes massas. Lutar por esse objetivo é a primeira medida de defesa do novo salário-mínimo, que, se continuar a desenfreada corrida dos preços, será em pouco tempo absorvido.

No discurso que pronunciou por ocasião da assinatura do decreto de aumento do salário-mínimo, o sr. Juscelino Kubitschek prometeu — melhor: repetiu a promessa, tantas vezes feita — adotar providências para conter a carestia e impedir a especulação. Até o momento não se viu qualquer medida prática para concretizar a promessa. Mas os trabalhadores e o povo não podem ficar de braços cruzados, esperando providências que, nestes quase seis meses do governo Kubitschek, não saíram do terreno das promessas. É preciso lutar para obrigar o governo a adotá-las.



OS BALANÇOS DESMASCARAM OS PATRÕES

Eis os lucros confessados de algumas grandes empresas do Distrito Federal e de São Paulo, em 1955. Seus proprietários, como todos os patrões, alegam que "não podem" pagar o salário-mínimo agora decretado.

EMPRESA	LUCRO	CAPITAL
Ind. Reunidas F. Matarazzo	629.525.426,55	2.050.000.000,00
Frigorífico Anglo S. P.	135.599.479,96	400.000.000,00
Perodo S. A. Lomas para Frios	37.646.607,70	34.500.000,00
Frigorífico Wilson do Brasil S. A.	404.423.473,70	320.000.000,00
São Paulo Alpargatas S. A.	158.185.249,80	500.000.000,00
Cia. Nitro Química Brasileira	223.651.113,20	600.000.000,00
Du Pont do Brasil	71.816.123,00	77.000.000,00
Mecola	300.683.216,50	950.000.000,00
Nova América	84.860.830,20	300.000.000,00
América Fabril	49.235.109,70	300.000.000,00
Ultragás	330.281.299,40	364.000.000,00
Bangu	136.749.214,20	324.000.000,00
Ford	171.000.000,00	175.000.000,00

Como se vê, na maioria dos casos os lucros são superiores a 50%, quando não passam de 100%. Vale lembrar, mais uma vez, que, segundo as estatísticas oficiais (IBGE) em 1955 o lucro global das principais empresas brasileiras (80% da produção industrial do país) foi de Cr\$ 6.600.000.000,00 enquanto a despesa global com salários alcançou apenas Cr\$ 2.094.000.000,00. Tomando em consideração estes cálculos (que se baseiam nos lucros confessados e, portanto, estão aquém da realidade) se todos os salários fossem aumentados em 100% ainda restaria aos patrões um lucro de 37,5% — o que já é uma taxa elevada.

Vitórias Conquistadas Com Grandes Lutas

AS VITÓRIAS alcançadas pelos trabalhadores, com o novo salário-mínimo, foram conquistadas com lutas, e foram mais significativas nos Estados onde as lutas dos operários e empregados assumiram um caráter mais organizado e mais vigoroso. Esta a grande experiência das jornadas pelo aumento do salário-mínimo. Eis um breve roteiro destas jornadas, em todo o país.

RIO GRANDE DO SUL

Uma Convenção Sindical, que reuniu os representantes dos Sindicatos de todo o Estado, decretou uma greve geral de advertência se até o dia 5 não fosse assinado o aumento. No dia 6 a greve paralisou Porto Alegre e Rio Grande, estendendo-se às mais importantes cidades gaúchas. Os trabalhadores recorriram à sua grande arma para defender seu direito a um salário digno. A greve alcançou repercussão nacional. Os operários e empregados gaúchos conquistaram um salário-mínimo de Cr\$ 3.100,00 — mais Cr\$ 400,00 além do nível (Cr\$ 2.700,00) fixado pela CSM estadual.

SÃO PAULO

O Pacto de Unidade Inter-sindical dirigiu a luta. Dezenas de assembleias sindicais e reuniões de empresas foram realizadas. Em comícios e passeatas, a reivindicação de aumento do salário-mínimo ganhou as ruas, fundindo-se à luta dos estudantes e de todo o povo contra o escurante aumento das tarifas de ônibus e a carestia. Com impressionante apoio da massa, o Pacto de Unidade convocou a greve geral de 24 horas, se até o dia 15 não saísse o aumento. As lutas dos trabalhadores paulistas levaram à fixação de um mínimo de Cr\$ 3.700,00 — mais Cr\$ 210,00 além do nível (Cr\$ 3.490,00) fixado pela CSM estadual — e tiveram um importante papel para pôr fim a proclamação do aumento pelo governo.

DISTRITO FEDERAL

Uma Comissão Intersindical dirigiu a luta na Capital da República. Cada sindicato colocou-se à frente de sua corporação, realizando assembleias e patrocinando reuniões nas portas das empresas e outras manifestações. A bancada dos trabalhadores, na CSM, contou com grande apoio de massa, o que levou a Comissão a aprovar a fixação de Cr\$ 4.000,00 para o Rio. Esse não foi o mínimo decretado, mas os trabalhadores conseguiram derrotar o ponto de vista patronal, que pretendia impor os cálculos do SEPT (cerca de Cr\$ 3.400,00). A luta dos trabalhadores cariocas desempenhou importante papel para a conquista do salário-mínimo, dispensando-se os prazos da CLT) contra a qual lutaram os patrões em todos os Estados, e conquistou Cr\$ 3.500,00.

MARANHÃO

Dirigidos por uma Comissão Intersindical, os trabalhadores da capital maranhense realizaram uma greve geral de 48 horas, exi-

AS COMISSÕES INTERSINDICAIS, UM FATOR DOS ÊXITOS CONQUISTADOS

AO MESMO tempo em que testemunham a ampliação da unidade sindical e o fortalecimento dos sindicatos, no curso das lutas pela elevação do salário-mínimo, as comissões intersindiciais desempenharam um importante papel nestas lutas e foram um fator decisivo das vitórias conquistadas. Em quase todos os Estados comissões intersindiciais dirigiram a campanha pelo aumento, assegurando sua unidade e comandando vigorosas ações dos trabalhadores. Foi uma Convenção Intersindical, de caráter estadual, que traçou os planos da campanha no Rio Grande do Sul. Desta Convenção saiu a convocação da greve geral e a direção unitária que organizou e comandou a greve, conquistando expressiva vitória. Também em São Luís do Maranhão foi a constituição de uma comissão intersindical que possibilitou a realização, com êxito, da greve geral de 48 horas. Em São Paulo é um Pacto de Unidade Intersindical que, depois de comandar as grandes jornadas pelo aumento do salário-mínimo, — conquistando uma vitória parcial com a fixação do nível de Cr\$ 3.700,00 — coloca-se à frente dos trabalhadores e do povo contra a carestia. Comissões intersindiciais assumiram o comando da campanha no Distrito Federal, no Pará, em Pernambuco, na Bahia, no Paraná, em quase todas as regiões do país. Os trabalhadores saberão aproveitar esta experiência nas novas lutas em que se empenharão.

RIO GRANDE DO NORTE

Unidos em torno da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, os sindicatos dirigiram a luta dos trabalhadores pelo aumento. Sob pressão dos patrões, a CSM fixou um mínimo de Cr\$ 1.200,00 para Natal. Enérgicas manifestações de protesto responderam à decisão patronal. Uma delegação sindical foi enviada ao Rio, para dizer ao governo que aquele nível não seria aceito. Em assembleias sindicais e outras reuniões os operários dispunham-se a conquistar um nível mais alto. Sua luta obrigou o governo a fixar Cr\$ 1.800,00 — mais Cr\$ 600,00 além do proposto pela CSM estadual.

PERNAMBUCO

Uma Comissão Intersindical dirigiu a luta dos trabalhadores pernambucanos, que demonstraram, em assembleias e manifestações públicas, sua decisão de não aceitar a proposta patronal baseada nos cálculos do SEPT, de Cr\$ 2.280,00 para Recife. Estavam decididos à greve geral de protesto, se o governo continuasse proclamação do decreto e aceitasse aquele mínimo. Conquistaram Cr\$ 2.500,00.

PARÁ

Considerando a experiência de 1954, quando os trabalhadores foram surpreendidos por uma Comissão Intersindical, realizaram importantes assembleias e manifestações públicas, culminando com um grande comício na capital do Estado no qual exigiram a fim da proclamação ao aumento. Também no Amazonas os trabalhadores lutaram, conseguindo um salário-mínimo de Cr\$ 2.900,00 apesar da previsão inferior do SEPT. Estas lutas prosseguirão e crescerão, em defesa dos novos níveis de salário, por medidas concretas do governo contra a carestia, sem o que serão anulados todos os aumentos conquistados pelos trabalhadores.

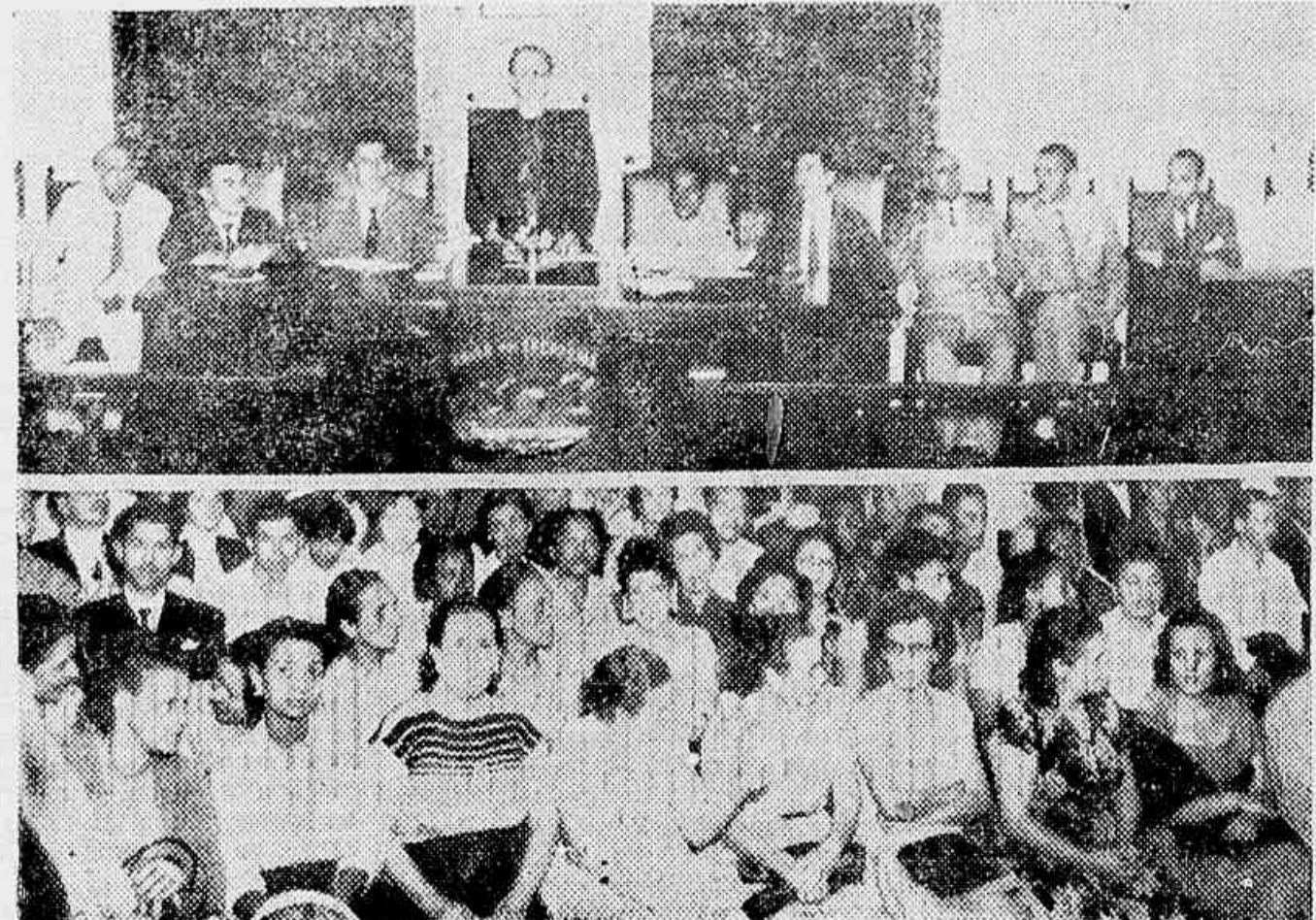
ORGANIZAR A LUTA CONTRA A CARESTIA

Em reunião conjunta, os dirigentes dos sindicatos do Distrito Federal recomendaram a todas as organizações sindicais que realizem assembleia para discutir os meios de defender o novo salário-mínimo, de organizar a luta contra a carestia. No Rio e em quase todos os Estados os sindicatos já o estão fazendo. Dessas discussões surgiram os primeiros apelos à união dos trabalhadores com os estudantes, as donas de casa, todo o povo, para a luta contra a carestia. A unidade popular, liderada pelos operários, vem se fortalecendo cada vez mais e é, hoje, a base das grandes lutas que se travam, particularmente em São Paulo, por medidas concretas contra a carestia, em defesa do poder aquisitivo dos salários. Organizar e ampliar, em todo o país, esta unidade e esta luta é uma tarefa de todos os que lutam por dias melhores para nosso povo.

EXEMPLOS A SEREM SEGUIDOS

Na luta contra a carestia, por melhores condições de vida, nosso povo encontra formas novas de unidade e de organização. Os exemplos de São Paulo, onde o Pacto de Unidade Intersindical e uma comissão de representantes dos operários, estudantes e donas de casa comandam as grandes massas no combate à carestia marchando para uma greve geral de protesto na capital paulista e do Rio, onde os sindicatos e organizações estudantis uniram-se, forçaram a rebaixa das tarifas de bondes e dirigem, agora, a luta contra novos aumentos de preços, são experiências que merecem ser estudadas pelos homens de vanguarda de todo o país.

NA FABRICA de Tecidos Confiança, do Distrito Federal, os patrões despediram perto de mil trabalhadores, alegando que não podem pagar o novo salário-mínimo. Os operários estão lutando contra a demissão ilegal, pela qual nem indenização receberam, e exigem do Ministério do Trabalho providências que garantam seus direitos. NA FOTO: operários despedidos da Confiança discutem medidas para o prosseguimento da luta contra as demissões.



DIRIGENTES SINDICAIS E TRABALHADORES ACOMPANHARAM, EM MANHÃ DE ONTE, OS TRABALHADORES DA COMISSÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO DO DISTRITO FEDERAL, APOIANDO A REJEIÇÃO DE SUA BANCADA E LEVANDO A COMISSÃO A APROVAR O NÍVEL DE Cr\$ 4.000,00. A RECUSA DOS CÁLCULOS DO SEPT, QUE CORRESPONDIA AOS INTERESSES PATRONAIS. NA FOTO: A BANCADA DOS TRABALHADORES NA CSM DO DISTRITO FEDERAL.



QUANDO os trabalhadores paulistas lançaram-se à luta pelo aumento do salário-mínimo, exigiam a fixação do nível de Cr\$ 4.000,00 para a capital e cidades vizinhas. Era o mínimo capaz de realmente satisfazer — na época em que foram feitos os cálculos — às necessidades materiais de um trabalhador em São Paulo. O SEPT que, em todo o país, revelou-se como mer. porta-voz dos patrões, calculou, porém, o mínimo de Cr\$ 3.490,00 — logo aceito pela CSM — colocando diante dos trabalhadores a tarefa de pedir a fixação desta quantia, que seria um salário de fome. Assim surgiu a proposta de Cr\$ 4.000,00 por cuja aprovação passou a lutar o Pacto de Unidade Intersindical. NA FOTO: Uma das muitas manifestações realizadas pelos trabalhadores nas ruas de São Paulo. Estas manifestações, que levantaram, também, a bandeira da luta contra a carestia, mobilizaram os estudantes e o povo, levando à convocação da greve geral.

Voz dos Leitores

Ferrovários Não São Sabotadores

Os trabalhadores da «Estrada de Ferro Leopoldina» ficaram indignados com as declarações do administrador, tenente-coronel Waldir Laranjeira, de que os ferrovários são responsáveis pelos últimos acidentes verificados naquela ferrovia e de que houve sabotagem praticada por eles. O jornal «O Globo» disse, inclusive, que «autorizava» os passageiros a prenderem ferrovários quando em práticas de sabotagem. Com toda razão, os trabalhadores ficaram

revoltados com esses insultos aos bríos da laboriosa e honesta corporação.

Inaceitável é a atitude de sr. Waldir, mandando prender numerosos ferrovários e passageiros, que foram interrogados durante a madrugada pelos policiais da DOPS. Um modesto trabalhador está ameaçado de demissão, sob a acusação de ter colocado uma pedra nos trilhos, enquanto vários foguistas têm sido rebaixados. Por outro lado, o administrador admitiu mais de 20 protegidos com salários superiores a Cr\$ 20.000,00.

Contra essa situação, os ferrovários dispõem-se a lutar e a exigir a plena satisfação de seus direitos.»

(Do correspondente da VOZ em Barão de Mauá, D.F.)



DUZENTOS TRABALHADORES DEMITIDOS NA ESTRADA DE FERRO SANTOS-JUNDIAÍ

Do correspondente da VOZ na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí recebemos:

«O diretor de Assistência Social do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias, sr. José de Azevedo, declarou recentemente à imprensa que «cerca de duzentos trabalhadores extras, com menos de 5 anos de serviço, foram dispensados nos últimos meses pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Nenhum desses operários recebeu a indenização. Foram sumariamente postos na rua sem direito algum. Recebiam a notificação pela tarde, após o término do serviço que dizia lacônicamente que não precisariam ir no outro dia — estavam dispensados. Foram lançados ao desemprego chefes de família numerosas e trabalhadores doentes»

KUBITSCHEK NADA PROVIDENCIA

«Essas dispensas não se foram pelo fato de faltar serviço — continuou o sr. José de Azevedo — pois o trabalho correspondente aos dispensados foi entregue a uma companhia particular do que se deduz que havia e continua havendo interesses de terceiros por trás dos atos do sr. Renato Azevedo Feio o administrador que vem colocando os trabalhadores na rua.» Prosseguindo em suas declarações, o entrevistado disse que uma comissão de trabalhadores dis-

pensados e diretores do Sindicato avisou-se no Rio com o sr. Juscelino, entregando-lhe um memorial reclamando providências e denunciando irregularidades (como a que se refere aos cabos na Serra, que vêm se partindo quase todos os dias, causando atrasos constantes e pon-do em perigo a vida dos ferrovários e passageiros.) Como nenhuma providência tivesse sido tomada, o presidente do Sindicato voltou a entrevistar-se com o sr. Juscelino e reafirmou-lhes as

reivindicações já pleiteadas, mas nenhuma solução foi dada pelo governo. Concluindo suas palavras, o sr. José de Azevedo disse: «Estamos lutando e unindo os trabalhadores da Santos-Jundiaí, porque só unidos poderemos enfrentar essa situação e essa ameaça que pesa de faltar pão na casa dos trabalhadores.»

Ianques Pesquisam Céus Brasileiros

POÇOS DE CALDAS (Do correspondente) — No dia 23 de junho último caiu entre as cidades de Botelhos e Palmeira (M. G.) um gigantesco balão de sondagens meteorológicas, medindo cerca de 300 metros de comprimento por 40 de largura e contendo grande número de instrumentos e aparelhos. Mais tarde, averiguou-se que o balão foi lançado por uma equipe da USAF (Força Aérea dos Estados Unidos) que está fazendo observações em nosso país, sediada no campo de Marte, em São Paulo.

Os Lavradores e o Governo

Do leitor Francisco M. Rodrigues, de Capão Bonito (S.P.), recebemos:



«Através desta, quero expressar o meu protesto, como trabalhador e patriota, contra o caminho que o sr. Juscelino Kubitschek toma no governo do país. O fechamento da Liga da Emancipação Nacional, entidade que lutava pela emancipação econômica do Brasil e contra o roubo de nossas riquezas minerais, indica que o sr. Juscelino quer realizar um governo entreguista a serviço dos monopólios norte-americanos.»

Em todo o Brasil os trabalhadores esforçaram-se para eleger Juscelino e para conseguir votos para isso. Agora, que fez ele? Esqueceu suas promessas e trai seus eleitores.

Os lavradores, por exemplo, esperavam providências do governo para melhorar suas condições de vida, desejavam uma reforma agrária, preço mínimo compensador para seus produtos, e não se esperavam que o lavrador é explorado desde o começo da plantação. Os proprietários das terras arrendam-nas pelo preço que queiram, a pior custa Cr\$. 1.000,00 o alqueire. O lavrador trabalha o ano todo e quando colhe, depois de enfrentar outros custos e mau tempo, o tubarão que nada faz diz que só paga tanto, uma ninharia. O lavrador é obrigado a entregar o suor do ano inteiro pelo baixo preço que o tubarão impõe. Não se pode ter ânimo para trabalhar assim. Por essas razões, acho que os lavradores devem se unir e lutar todos juntos para conseguir uma vida melhor. Devem entrar para as organizações dos trabalhadores do campo e lutar para conquistar seus direitos, pois se ficarem de braços cruzados esperando providências do governo, acabam morrendo de fome.»

A VOZ Ajuda a Educar os Operários

De um operário da indústria têxtil de São Paulo recebemos a carta abaixo:

«Desejo, com esta carta, relatar como o jornal VOZ OPERÁRIA influiu na minha vida. Certo dia, procurando papel para fazer um embrulho, encontrei esse jornal por acaso e li um artigo sobre o progresso da China depois que aquele país passou a ser dirigido pelo Partido Comunista. Eu falo com sinceridade: queria quisesse ser meu amigo, que não falasse em comunismo. Depois que li o artigo, fiquei pensando como é que a China, um país pobre e que vivia submetido à fome e guerras, pôde tornar-se poderoso e progredir rapidamente depois de sua libertação? Como é que em nosso país, que possui tantas riquezas minerais e vegetais, nós vivemos nessa miséria?»

Essas e outras perguntas andavam por minha cabeça. Antes, eu vivia sem esperanças, bebia e não tinha perspectiva na vida. Passei a observar que nossos aumentos de salários eram conquistados pela orientação de operários comunistas. Conversas com outros colegas, novas leituras e fui compreendendo que o comunismo só não presta para os tubarões, mas é o único caminho para os operários. Passei a ler a VOZ OPERÁRIA semanalmente e hoje sinto-me feliz porque luto para acabar com a exploração dos trabalhadores e para construir um novo Brasil progressista e independente.»

Lutam os Funcionários da Light Pela «Semana de 35 Horas»

«A Light, como as demais empresas norte-americanas que arrancam lucros fabulosos em nosso país, procura de várias maneiras aumentar suas remessas para Toronto à custa de maior exploração de seus empregados. Isso é o que se vem passando relativamente aos funcionários de seu próprio escritório central.

Há alguns meses estão suspensos os aumentos por merecimento para a quase totalidade de seus funcionários, exceção feita para alguns apaniguados. Alega a Light para isto que aumento por merecimento só em caso «excepcionais».

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO

Fomos informados que há um novo critério de classificação para os funcionários, tendo por base os atrasos na chegada. Este critério é o seguinte: se o empregado chega atrasado até 12 vezes por ano, é classificado como «bom», de 12 e 21 é classificado como «mau» e de 21 atrasos em diante, de «péssimo». Entretanto, com a dificuldade de transporte que existe no Rio — para a qual a própria Light muito contribui — às vezes é impossível chegar na hora. Vê-se que o critério não é justo.

AMEAÇAS AOS FUNCIONÁRIOS

Recentemente, os funcionários dos escritórios da Light foram surpreendidos por uma circular proibindo-os de se dirigirem aos lavatórios no horário do expediente e insinuando um aumento (de 7 para 8 horas) desse horário. Esta circular visa impedir a conquista da «semana de 35 horas» (com extinção do expediente aos sábados), velha reivindicação dos funcionários dos escritórios e que por certo será conquistada se os funcionários da rua Larga se unirem para conquistá-la.

(Correspondência de Luiz Vitor, da Light)

VIOLÊNCIAS DA POLÍCIA DE JALES

Do sr. João Silva, farmacêutico de Vila Esmeralda (município de Santa Fé do Sul — S. P.), recebemos a carta que resumimos abaixo:

«Recentemente, minha residência foi invadida por um indivíduo que se dizia delegado de polícia de Jales, acompanhado por outros policiais. O citado indivíduo não só não apresentou nenhuma ordem judicial para praticar a invasão, como nem sequer um documento que comprovasse sua identidade, em flagrante violação dos direitos assegurados pela Constituição.

Depois de revirarem todos os móveis e objetos particulares, carregaram diversas coisas, documentos e livros de minha propriedade, inclusive uma carta dirigida ao governador do Estado denunciando violências que a polícia vinha cometendo contra 38 famílias de lavradores, que tiveram seus ranchos e plantações incendiadas no dia 9 de maio passado.

Ao deixarem minha residência, intimaram-me verbalmente a comparecer à delegacia de Jales. Não atendi à intimação e fui a São Paulo relatar as arbitrariedades ao governador Porfírio da Paz. Espero que providências sejam tomadas para coibir esses abusos, assim como os atentados cometidos contra a propriedade dos lavradores.»



VOZ OPERÁRIA

Diretor responsável
Aydano do Couto

Corraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1717 - Tel. 42-7344

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 29 2º and. — Tel. 37-4983

PÓRTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º — sala 326

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco n° 1.248 s/ 22 Tel. 1-13-03

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias — s/ 203 (Calçada).

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558, 1º and. salas 3-4. Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 100,00
Semestral . . . Cr\$ 50,00
Trimestral . . Cr\$ 25,00
Núm. avulso Cr\$ 1,50
Núm. atrasado Cr\$ 2,00

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PÓRTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA

Defenderão os Trabalhadores Rurais Seu Direito da Organização Sindical



UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

ENTRE os processos usados pelos latifundiários para dificultar a organização dos Sindicatos Rurais, são comuns os entraves ao despacho dos documentos exigidos por Lei (atestados de condutas, etc.) requeridos pelos fundadores das novas organizações. Manobrando com os delegados de polícia, os cartórios, tudo, enfim, nos municípios, os senhores de terra conseguem que a expedição dos documentos seja retardada, o que entrava os processos de registro no Ministério do Trabalho. Tendo em vista esse fato, os fundadores de algumas organizações rurais, têm requerido os documentos com antecedência, de modo a que, no momento necessário, já os tenha em mãos, conseguindo, assim, evitar as protelações que sempre ocorrem. Em Londrina, por exemplo — onde os documentos necessários ao registro foram requeridos após a fundação do Sindicato, a expedição dos mesmos continua sendo protelada. Em Centenário do Sul, ao contrário, ao organizarem o Sindicato seus fundadores já tinham em mão a documentação necessária, encaminhando prontamente o pedido de registro.

INVADIRAM A PREFEITURA RECLAMANDO ALIMENTO

CENTENAS DE COLONOS PASSAM FOME EM GARÇA

CENTENAS de colonos e assalariados agrícolas do município de Garça (São Paulo) invadiram a Prefeitura e o Fórum da cidade, exigindo que lhes fornecessem alimento. Participaram da marcha sobre a sede do governo municipal e da justiça velhos, mulheres e crianças, além dos trabalhadores das fazendas. Os colonos foram levados a esse ato porque se encontram famintos e abandonados à míngua de qualquer providência.

A situação desses trabalhadores se agravou em consequência das chuvas que destruíram boa parte das plantações, inutilizando a colheita. Em face disso os colonos deixaram de receber até mesmo o mísero salário, inferior ao mínimo da região, que vinham ganhando. O prefeito do município procurou socorrer provisoriamente os famintos distribuindo a cada um deles Cr\$ 200,00 em gêneros. Nem todos, porém, foram atendidos e muitos passaram a perambular pelas ruas da cidade, pedindo esmolas. Até o momento não foi tomada qualquer outra providência para ajudar os colonos, embora já tenham sido dirigidos apelos às autoridades federais e estaduais.

FUNDARÃO UM SINDICATO

Para lutar por seus direitos, os colonos e trabalhadores rurais de Garça fundarão um sindicato. Uma Comissão Organizadora já foi constituída, tomando as providências necessárias à organização da nova entidade. A Comissão dirigiu um manifesto aos assalariados e colonos do município, explicando a necessidade de estes se organizarem e convidando os mesmos a reunirem-se em assembléa, no domingo, 12 de agosto, para fundar o sindicato. "So assim — diz o manifesto — poderemos defender os direitos que nos assistem e que são assegurados pela Constituição e pela Consolidação das Leis do Trabalho."

A Comissão denuncia e desmascara as provocações de elementos a serviço dos latifundiários, que procuram afastar os colonos e trabalhadores rurais do caminho da organização, querendo, com isso, mantê-los desunidos e desorganizados para melhor explorá-los e desrespeitar seus direitos.

CONFERÊNCIA DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO SUL BAIANO

ESTA marcada para os dias 25 e 26 de agosto, em Itabuna, a II Conferência Sul Baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. A Conferência foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Cacaú de Ilhéus e Itabuna, por agricultores, vereadores dos municípios da zona cacauífera e outras personalidades da região, bem como por numerosos dirigentes de sindicatos operários. É o seguinte o temário do conclave:

- 1 — Luta pelo salário-mínimo e contra a carestia de vida.
- 2 — Comércio livre para o cacau.
- 3 — Estudo e defesa das leis sociais.
- 4 — Campanha pela reforma agrária.
- 5 — Atualização da "Carta dos direitos e reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas do sul baiano".

IMPORTÂNCIA DA CONFERÊNCIA

Destacando a significação do conclave, diz o manifesto de convocação: "A realização desta Conferência unitária é de grande importância, considerando a difícil situação que atravessa a lavoura em geral e particularmente a cacauífera. A restrição do mercado e os preços baixos impostos ao cacau exigem a discussão ampla e livre dos interessados, em busca de solução.

FATO NOVO em nosso país, a organização, em sindicatos, dos assalariados agrícolas é a principal característica do avanço do movimento de massas no campo, nos dias atuais. Mais de três dezenas de sindicatos rurais já se acham organizados e em funcionamento. Alguns deles tornam-se rapidamente, grandes organizações, com milhares de associados e lutam, com bravura, enfrentando a reação dos latifundiários, pelos direitos dos explorados trabalhadores das fazendas. Isso está levando ao desespero os senhores de terra, que procuram nos últimos tempos, desencadear contra os sindicatos rurais a violência indiscriminada, visando liquidá-los.

Numerosas tentativas têm sido feitas, com esse objetivo. Em São Paulo, o Sindicato dos Colonos de Ribeirão Preto foi duas vezes invadido pela polícia, que prendeu seus dirigentes e cometeu inomináveis tropelias. O mesmo ocorreu com o Sindicato de Catanduva, também em São Paulo, que chegou a ser interdito pelos policiais, sendo reaberto graças à reação dos trabalhado-

res, com o apoio dos sindicatos operários da capital paulista. O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, no norte do Paraná hoje o maior do país, com mais de oito mil associados — já foi duas vezes invadido pela polícia, a mando dos latifundiários. Agora, estes tentam nova onda de violência, de consequências mais sérias.

DE QUEM PARTE A «DENÚNCIA»

Numa reunião da Confederação Rural, no Rio, o deputado Hugo Cabral apresentou como «coisa terrível» o que chama «onda de agitações» no Norte do Paraná. Informou, ainda, que os latifundiários de Londrina haviam telegrafado, no mesmo sentido, ao presidente da República, governador do Estado, ministro da Guerra e outras pessoas. Ao pé do discurso do sr. Hugo Cabral e do telegrama dos latifundiários de Londrina vinha o pedido de «providências» — isto é, de polícia e violência contra os trabalhadores rurais. No telegrama dos latifundiários o movimento de organização dos colonos é

qualificado como uma «escaladada», um «movimento criminoso», etc. A tanto vai o desespero dos senhores de terra do Norte do Paraná, diante da disposição dos colonos de defenderem seus direitos, até agora por eles livremente espoliados!

UM DIREITO LEGAL

Os colonos saberão defender seu direito à organização em sindicato. Este é um direito sagrado, assegurado em lei. O Decreto-lei nº 7.038, de 19 de novembro de 1944, regulamentado pela portaria nº 14, de 19 de março de 1945 e a lei nº 2.693, de 23 de dezembro de 1955, asseguram aos colonos e assalariados agrícolas o direito à sindicalização. Jamais isso foi contestado por ninguém: o Ministério do Trabalho já tem expedido cartas de reconhecimento a vários sindicatos rurais e a justiça já tem despachado incontáveis processos e petições deles oriundos.

Quando os latifundiários investem contra os sindicatos rurais o fazem em desespero, porque, sob a direção dos sindicatos, os colonos e assalariados agrícolas estão lutando contra a exploração sem nome de que são vítimas. O que ocorre em Londrina é típico. Os latifundiários dizem que o Sindicato veio «quebrar a harmonia existente entre colonos e fazendeiros». Mas que harmonia é esta? Já foi decretado novo salário-mínimo e os fazendeiros de Londrina ainda não pagaram

aos colonos o salário-mínimo de 1954! Também não pagaram as férias. Descontam um absurdo aluguel de casa, o que é ilegal, etc. E quando os colonos começam a lutar contra os latifundiários, estes consideram essa luta «criminososa», e pedem a polícia para esmagar o sindicato.

Os colonos do Norte do Paraná, de São Paulo, os trabalhadores rurais de todo o país saberão defender seus sindicatos. Saberão reforçá-los e organizá-los onde ainda não existem. Este é um direito assegurado em lei e, para defendê-lo, contam com a solidariedade dos operários das cidades e de todo o povo.

ORGANIZAM-SE PARA A LUTA EM DEFESA DE SEUS DIREITOS

NÃO só em Londrina organizam-se os colonos e assalariados agrícolas do Norte do Paraná. Em outros municípios surgem novas organizações, evidenciando o despertar das massas exploradas nos latifúndios, que começam a unir-se e organizar-se para a defesa de seus direitos, espoliados pelos latifundiários.

A 13 de maio de 1956 o Sindicato Rural de Centenário do Sul, que se coloca à frente dos colonos na luta pelo pagamento do salário-mínimo, férias e outros direitos. O Sindicato já conta com mais de mil associados e continua crescendo. Tem sede e está providenciando o registro no Ministério do Trabalho.

TAMBÉM no município de Nova Fátima foi fundado o Sindicato dos Colonos e Trabalhadores Rurais, hoje com mais de mil sócios. A assembléa de fundação realizou-se no mês de maio. A organização já tem sede e encaminha o registro.

COM mais de quinhentos sócios, uma boa sede e um programa que recebeu apoio dos camponeses, está funcionando a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Vale do Ivaí recentemente fundada, agrupando assalariados rurais e lavradores. A Associação já foi registrada.

NO município de Maringá foi fundada a Associação de Trabalhadores e Lavradores, que reúne camponeses, trabalhadores rurais e artesãos da cidade. Está sendo encaminhado o registro da Associação.



PREPARAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

A preparação à Conferência estão sendo realizadas assembléas e reuniões em municípios e distritos da zona cacauífera, como Coaraci, Buarama e outros. Nestas assembléas e reuniões é discutido o temário, em ligação estreita com a situação nas fazendas e roças locais, sendo eleitos delegados à Conferência, que está encontrando franco apoio em toda a região.

O Papel do Partido Comunista Na Sociedade Soviética

A história do desenvolvimento social conhece muitos partidos políticos que representaram considerável papel na vida de seus países, na consolidação e manutenção do domínio de classe que representavam. A história não conhece, porém, um partido que tanto fizesse para o progresso do seu país e para o engrandecimento dos trabalhadores e que no decurso de meio século exercesse uma influência tão poderosa sobre a marcha dos acontecimentos no mundo, como o Partido Comunista da União Soviética, criado pelo grande Lênin.

Ao nome de nosso Partido estão indissolúvelmente ligados os grandiosos acontecimentos da história contemporânea, os quais determinaram os caminhos para o progresso do mundo. Nesses fatos incluem-se três revoluções russas que conduziram, em última instância, à vitória do proletariado russo, atingido por todo o povo trabalhador, em 1917; a criação do primeiro Estado socialista no mundo, a construção do socialismo na U. R. S. S., a derrota da Alemanha hitlerista e do Japão militarista e a salvação da civilização mundial contra os massacradores fascistas. A derrota dos agressores trouxe consigo o nascimento e a consolidação do regime de democracia popular em vários países da Europa e da Ásia e a formação do sistema mundial do socialismo.

Toda a política de nosso Partido e toda a nossa atividade expressam os interesses fundamentais dos trabalhadores. Eis porque

é tão grande o amor dedicado a nosso Partido pelos trabalhadores de todo o mundo, e porque é tão elevada a sua autoridade no movimento comunista e operário internacional.

O maior acontecimento dos últimos anos, o XX Congresso do PCUS, deu início a uma nova fase histórica no desenvolvimento social e político. O Congresso armou o povo soviético com um grandioso plano da construção do comunismo, plano que está sendo realizado com êxito. Ao mesmo tempo, as decisões tomadas pelo Congresso abriram novas perspectivas ao movimento comunista e operário internacional e a todas as forças progressistas que lutam por evitar uma nova guerra, pela liberdade e independência dos povos. Um grande futuro está reservado às teses teóricas de princípio, formuladas pelo Congresso a respeito da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diversos, da possibilidade de evitar as guerras na época atual, da diversidade das formas pelas quais os diferentes países passarão ao socialismo, da necessidade e meios para alcançar a unidade da classe operária.

Na edição de 6 de julho, a «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, publicou o seguinte artigo de redação, cuja atualidade é flagrante e de que publicamos hoje a primeira parte:

são de que entre a sociedade capitalista e comunista há um período de transformação revolucionária da primeira na segunda, e de que nesse período o domínio político deve pertencer à classe operária. A experiência histórica de nosso Partido mostrou, ao mesmo tempo, que à frente da classe operária, que se encontra no poder estatal deve estar um partido armado com a teoria marxista-leninista, aglutinado por uma disciplina consciente, forte pela unidade e coesão de suas fileiras, e de seu núcleo dirigente e gozando da confiança de tudo aquilo que de honesto e abnegado existe na classe operária e em todo o povo.

Por mais de uma vez os inimigos do socialismo acusaram nosso Partido de que, em consequência do estabelecimento do domínio político da classe operária, as bases da democracia foram destruídas em nosso país. Na realidade, porém, o domínio político exercido pela classe operária é o único meio de defender todos os trabalhadores contra o jugo do capital, contra a violência da burguesia, contra as guerras imperialistas, contra a escravização de classe e nacional, ao mesmo tempo em que assegura uma soberania realmente popular. A experiência his-

tórica adquirida pela União Soviética, confirma-o de maneira clara. O regime soviético pôs em movimento forças inesgotáveis existentes nas massas populares, integrando milhões de homens na direção consciente do Estado, na construção do socialismo.

Em certa etapa, a complexa situação externa e interna em que o nosso povo teve de viver e lutar, exigia uma disciplina de ferro, uma incansável elevação da vigilância e a mais severa centralização da direção. Isso, como se observa na resolução do C. C. do P. C. U. S. sobre «a superação do culto à personalidade e de suas consequências», não pôde deixar de refletir-se negativamente no desenvolvimento de certas formas democráticas. Durante a luta insana contra todo o mundo imperialista, nosso país viu-se obrigado a fazer certas limitações à democracia justificadas pela lógica da luta que nosso povo tratava pelo socialismo dentro do cerco capitalista. Mas, já então essas restrições eram consideradas pelo Partido e pelo povo, como temporárias, destinadas a desaparecer à medida em que o Estado Soviético se fortalecesse e em que as forças da democracia e do socialismo se desenvolvessem em todo o mundo.

O SEGREDO DAS VITÓRIAS DO PARTIDO

Qual o segredo das grandiosas vitórias alcançadas pelo nosso Partido? Esse segredo é o que nosso Partido, sempre e em tudo, foi inabalavelmente fiel à doutrina do marxismo-leninismo, eternamente viva e em desenvolvimento; é o de que foi e continua a ser o porta-bandeira das idéias mais avançadas em nossa época; é o de que é um Partido da classe operária, partido de ação revolucionária; é o de que dedica todas as suas forças à causa da transformação da vida social em bases novas, justas.

A força do Partido Comunista está na sabedoria de seu coletivo de direção leninista em suas ligações indissolúveis com o

povo. Em nosso país, o povo e o Partido, são inseparáveis. Afirma-se na resolução tomada pelo C. C. do P. C. U. S. sobre «a superação do culto à personalidade e de suas consequências»: «Pondo em prática as decisões tomadas pelo XX Congresso do P. C. U. S., o povo soviético conquista, sob a direção do Partido Comunista, novos e grandes êxitos em todos os domínios da vida política, econômica e cultural do país. Os cidadãos soviéticos uniram ainda mais estreitamente suas fileiras em torno do Partido Comunista e revelam uma elevada atividade criadora na luta pela realização das tarefas estabelecidas pelo XX Congresso».

O grande Lênin criou nosso Partido como força inspiradora e dirigente da classe operária e de todos os trabalhadores em sua luta pela derrubada do capitalismo, pela instauração do regime socialista e pela construção do comunismo. Elaborando o plano de criação do Partido proletário nas condições da Rússia czarista, V. I. Lênin escreveu: «Ergue-se diante de nós, com todo seu vigor, a fortaleza do inimigo, da qual nos atiram nuvens de obuses e balas que arrebatam nossos melhores combatentes. Devemos tomar essa fortaleza, e a tomaremos se juntarmos todas as forças do proletariado que desperta a todas as forças dos revolucionários russos em um só partido, que reuna tudo aquilo que na Rússia existe de vivo e honrado».

O mérito imortal de V. Lênin está no fato de haver criado esse Partido, apesar de dificuldades inauditas. Foi o Partido marxista de novo tipo, combativo e revolucionário, que reuniu as melhores e mais ativas forças da classe operária e do povo. No

fogo das grandes provas que lhe impuseram a história, esse Partido transformou-se, de um destacamento pouco numeroso de lutadores abnegados pela causa dos trabalhadores no poderoso Partido Comunista da União Soviética, que se tornou a força dirigente do primeiro Estado socialista do mundo.

Nosso Partido é partido governante há quase 4 decênios. E cada dia esse período sem precedente na história está repleto da dinâmica atividade do Partido para dirigir o país, para transformar sua economia e cultura no sentido do socialismo, para defender as conquistas da revolução, para reforçar e desenvolver os princípios da solidariedade internacional entre os trabalhadores. Ao preço de ingentes esforços e de pesquisas criadoras, o Partido acumulou riquíssima experiência em sua atividade de direção em todos os domínios da construção estatal econômica e cultural, experiência em cujo tesouro os que lutam pelo comunismo em todos os países do mundo vêem e continuarão a ver e buscar indicações.

O PARTIDO DURANTE A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Na resolução firmada pelo C. C. do P. C. U. S. a respeito da «A superação do culto à personalidade e de suas consequências» indica-se que nosso Partido teve que construir o socialismo em condições extremamente complexas. Durante mais de um quarto de século, o país soviético dirigido pelo Partido foi o único país que abriu à humanidade o caminho para o socialismo na situação do cerco do capitalismo. A ameaça iminente de uma nova guerra forçou-o a pôr em tensão todas as suas energias para acelerar os ritmos da edificação e para fortalecer o poderio de nosso Estado, para reforçar a defesa e lutar contra as maquinacões engendradas pelo capitalismo.

A situação agravava-se pelo fato de que dentro do país travava-se há muito tempo uma violenta luta de classes, porque se resolvia o problema de saber-se: «quem vencerá?» Após a morte de Lênin os trotskistas, os oportunistas de direita e os nacionalistas burgueses — contrários à teoria leninista da possibilidade de o socialismo vencer num só país, teoria que, na realidade, acarretaria a restauração do capitalismo na U. R. S. S. — intensificaram suas atividades. Ao mesmo tempo em que resolvia pro-

blemas extremamente complexos, relativos às obras de edificação econômica e cultural, o Partido teve que lutar implacavelmente contra esses inimigos do leninismo.

A realização do plano leninista de construção do socialismo em nosso país exigiu a mais rápida criação de uma indústria socialista de primeira classe, a transformação socialista da agricultura e a realização da revolução cultural. O Partido Comunista orientou-se no sentido da industrialização socialista do país, coletivização da agricultura e a realização da revolução cultural. Em virtude disso, nosso país em prazo histórico extremamente curto, e sem qualquer ajuda econômica do exterior, acabou com seu atraso secular, transformou sua economia e cultura e no fundamental construiu a sociedade socialista. A construção do socialismo deu ao povo soviético força invencível na guerra patriótica, possibilitando-lhe conquistar uma vitória de importância mundial e histórica.

Com base na experiência de construção do primeiro Estado socialista no mundo, nosso Partido certificou-se da justiça da conclusão a que haviam chegado os fundadores do comunismo científico, a conclu-

A DEMOCRACIA SOVIÉTICA

Apesar de certas restrições a algumas formas democráticas provocadas por uma situação complexa, desde o primeiro dia de sua existência o regime soviético foi um tipo de democracia mais elevado do que qualquer república democrática burguesa. Isto se compreende já que, ao contrário do que ocorre nos países capitalistas, com o regime soviético o poder é exercido no interesse da maioria da população.

Realizando com firmeza a política nacional leninista, o Partido Comunista é o inspirador e organizador da amizade entre os povos da U. R. S. S.

Foi justamente na U. R. S. S. que, pela primeira vez, não de maneira formal e sim na prática, se garantiu a igualdade entre as nacionalidades, enquanto que a todos os membros da sociedade, sem exceção, está assegurado o direito ao trabalho, à educação e ao repouso, à participação nas questões

do Estado, à liberdade de palavra, de imprensa, de consciência, e também a possibilidade real de desenvolver livremente as aptidões pessoais e todos os demais direitos e liberdades democráticas.

Durante os últimos anos, o Partido tomou novas medidas para desenvolver os fundamentos democráticos que regem a vida de nossa sociedade. Entre essas medidas, estão a ampliação dos direitos e da competência das Repúblicas da União, o reforço da legalidade socialista, a reorganização do sistema de planificação com a finalidade de desenvolver a iniciativa local, a ativação dos soviets locais, o desenvolvimento da crítica e auto-crítica. É nosso objetivo continuar a desenvolver perseverantemente o democrático socialismo soviético, incorporando camadas cada vez mais amplas de trabalhadores à participação ativa na administração do Estado.

NOSSO Estado socialista deve todos os êxitos alcançados à direção exercida pelo Partido Comunista.

As vezes perguntam: Por que na U. R. S. S. só existe um Partido? Porque a pluralidade de partidos é peculiar a uma sociedade com classes diferentes, cujos interesses divergem. É, sobretudo, uma característica da sociedade burguesa, onde há classes antagonicas. Na Rússia, antes da revolução, havia muitos partidos: o partido dos capitalistas, o dos latifundiários, o dos kulaks, que se denominava com empáfia Partido dos Socialistas-Revolucionários e outros. Havia também o partido da classe operária — o Partido Comunista — fundado pelo grande Lênin. Esse partido soube levar os trabalhadores à luta contra os capitalistas e latifundiários, contra o regime tsarista. Sob sua direção realizou-se a gran-

de Revolução Socialista de Outubro. O Partido Comunista demonstrou, na prática, pela experiência, ser justamente ele, e não qualquer outro partido, o representante da classe operária e o defensor de seus interesses. Os partidos pequenos burgueses — social-revolucionários, mencheviques, anarquistas, etc., fracassaram, desmascarando-se perante as massas como cúmplices da burguesia.

Por isso, os trabalhadores da Rússia, após haverem conquistado a vitória na Revolução de Outubro sob a direção do Partido Comunista, confiaram-lhe o governo do país. De ano a ano a confiança e o amor dedicados ao Partido Comunista pelo povo soviético aumentavam à medida em que o Partido, se tornava o vencedor na luta pela construção do socialismo. (CONCLUI NO PRÓXIMO NÚMERO.)

GREVE NA AVIAÇÃO COMERCIAL

Na madrugada de quarta-feira entrou em greve o pessoal das empresas de navegação aérea, em luta por melhores salários, que a corporação reclama desde há muitos meses. As próprias empresas, durante as negociações anteriormente havidas, tiveram de reconhecer como justas as reivindicações dos trabalhadores, mas negaram-se a aceitá-las sob alegação de que não tinham condições econômicas para arcar com as despesas. A alegação é inverfídica, pois, além

dos lucros que obtêm, as companhias ainda recebem subvenções governamentais.

A greve teve caráter nacional e aqui no Rio paralisou a quase totalidade das empresas, particularmente os serviços terrestres. O Ministério do Trabalho, que não fez nenhuma diligência para remover as companhias da posição de intransigência em que se mantiveram, logo foi decretado o movimento grevista, entrou em cena, declarando em nota pública a greve como ilegal. Ao mesmo

tempo o Ministério da Aeronáutica autorizava o aumento das tarifas de aviação.

Unidos em torno de seus sindicatos e do comando da greve, os trabalhadores do Ar estão alertando os demais trabalhadores e o povo contra as manobras das autoridades e das empresas, ameaçando os direitos constitucionais e consentindo, ainda, que vôem aviões sem mecânicos e radiotelegrafistas, que constitui ameaça à vida dos passageiros.

Renovar e Melhorar Nossos Métodos De Trabalho Entre as Mulheres

(INTERVENÇÃO ESPECIAL NA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MULHERES)

Compartilho da alegria e do entusiasmo dos participantes desta Conferência. Para nós que nos dedicamos a alguns anos à tarefa específica de realizar o trabalho do Partido entre as mulheres, é motivo de particular satisfação sentir que este trabalho deixa o círculo estreito de um pequeno grupo de companheiras e que começa a ser encarado como uma das importantes tarefas de nosso Partido, cujo cumprimento contribuirá para impulsionar a luta do povo brasileiro contra o atraso e a miséria, pela paz, pela democracia e pelo progresso social.

No informe apresentado a esta reunião diz o camarada Prestes que «a Conferência pôs a nu que não estamos voltados para as massas e que precisamos examinar e corrigir os métodos de trabalho que geralmente empregamos».

O informe parte da justa análise de que apesar dos êxitos obtidos em nossa atividade entre as massas femininas, esta atingiu, até agora, apenas uma pequena parcela da população feminina que já despertou para a ação política, quando ela deve abarcar centenas de milhares e até milhões de mulheres que poderão ser ganhas para a luta por sua emancipação, pela paz, a democracia e o progresso do Brasil.

A necessidade da renovação e mesmo da modificação radical de nossos métodos de trabalho torna-se hoje em dia, uma necessidade imperiosa sem a qual não poderemos construir este amplo movimento feminino de massas que abarque milhões de mulheres.

Que questões devem nos preocupar, fundamentalmente, em nossas relações com as massas femininas?

A primeira delas é que devemos saber trabalhar, indistintamente, com todas as mulheres. Com todas estamos dispostas a marchar na luta contra a miséria, contra a carestia da vida, em defesa de seus direitos de mãe, trabalhadora e cidadã, em defesa das liberdades e da independência.

Em nossa atividade existe, no entanto, a tendência a resistirmos a realizar qualquer trabalho de unidade com outras mulheres e principalmente com outras organizações femininas que não seja a FMB. Chega-se ao ponto de negar até a existência de outras organizações femininas de massa. Em São Paulo, por exemplo, existe o Movimento de Arregimentação Feminino. Este Movimento conta com uma ampla rede de rádio e jornais a sua disposição e desenvolve algumas campanhas, dentre elas a luta contra a carestia. Mas, apesar das possibilidades que temos de realizar um trabalho de unidade com este Movimento, não nos preocupamos em fazê-lo.

Vale citar, ainda, o exemplo de algumas companheiras do «Momento Feminino» que ante a simples possibilidade de poderem receber a colaboração de algumas intelectuais já se mostravam preocupadas, uma vez que estas mulheres, «intelectuais capazes e inteligentes», como diziam, não estariam dispostas a trabalhar conosco a não ser para nos tomar a dianteira.

As companheiras italianas nos dão uma série de exemplos de como é possível, utilizando as mais diferentes formas de organização, unir as mulheres.

A União de Mulheres Italianas organiza, por exemplo, colônias de férias para as mulheres e seus filhos, das quais podem participar, indistintamente, mulheres de todos os partidos políticos, de todas as religiões, etc. São mulheres que trabalham o ano inteiro, que necessitam enfrentar o problema da falta de emprego, de habitação e da vida cara que têm um filho que vai à escola e um lar para cuidar. Podem unir-se, portanto, para enfrentar problemas comuns.

Creio que em nossa atividade temos exemplos que bem demonstram a possibilidade de trabalharmos com mulheres de todas as camadas e setores da população feminina. Em seu informe o camarada Prestes cita o exemplo do trabalho no Paraná e as camaradas delegadas trouxeram toda uma série de ricas experiências.

A Assembléia Nacional de Mães foi apoiada por importantes personalidades femininas, por mulheres que pensavam diferentemente de nós, mas que estavam interessadas em defender seus filhos dos perigos de uma nova guerra. A grande percentagem das 240 delegadas à Conferência Nacional de Trabalhadoras era composta de operárias que nunca haviam participado de nenhum movimento de massas, mas que estavam interessadas em lutar para conquistar suas reivindicações mais imediatas e por isso deram seu pronto apoio à Conferência.

Aí, surge para nós uma segunda questão. E' a de que a justiça de nossos métodos de trabalho de massas decorre do fato de sabermos levantar sempre aquelas reivindicações mais sentidas pelas mulheres. Em nossa atividade nem sempre levamos em conta que conhecemos ainda muito pouco as reivindicações das mulheres e que necessitamos conhecê-las em profundidade.

A luta pela emancipação da mulher será, apenas, uma frase mal compreendida se não soubermos dar-lhe um caráter concreto. Dizia Lênin que a construção de restaurantes populares, de creches, jardins de infância, etc., nada tem

IRACEMA RIBEIRO

de pomposo, mas são realizações capazes de contribuir para emancipar a mulher.

Neste sentido, devemos ir até onde estão as mulheres, falar-lhes, mas, sobretudo ouvi-las muito, ficar conhecendo quais são as reivindicações de seu bairro, de sua rua, da empresa ou da seção de empresa.

Quando se trata de falar sobre suas reivindicações, as mulheres o fazem sempre com muita simplicidade e franqueza. Foi isto o que vimos nas assembleias preparatórias à Conferência Nacional de Trabalhadoras.

Geralmente, obtemos êxitos em todas as campanhas que iniciamos, partindo daquelas reivindicações realmente sentidas pelas mulheres e não das que estão em nossos pensamentos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, por mais de uma vez tentou-se levantar um trabalho entre as mulheres pela conquista de luz e calçamento para o conjunto do IAPI, mas sempre sem sucesso. Atualmente, procurando auscultar a opinião das massas, desencadeou-se uma luta por um substitutivo a um projeto de lei que determinava a venda de elevado preço das casas do conjunto. Realizou-se com este movimento unitário assembleias de mais de 1.000 moradores e ele começa a se enraizar ganhando novos setores.

Não menos prejuízos tem causado à nossa atividade entre massas femininas a pressa pequeno burguesa, a falta de paciência em realizar um trabalho miúdo e perseverante. Ainda trabalhamos com o espírito de arrancar trabalho e continuamos, hoje, adotando o velho método de realizar tudo em 24 horas.

A Conferência de Trabalhadoras, por exemplo, arrastou-se durante vários meses e só nos últimos dias é que se processou o que se costuma chamar a virada no trabalho. Isto nos conduziu a realizar, quase sempre, um trabalho de grande extensão, uma vez que as condições objetivas nos são favoráveis mas sem nenhuma profundidade.

Diz a Resolução do CC sobre o trabalho do Partido entre as mulheres que o «essencial é que os comunistas compreendam que ao trabalhar entre as mulheres seu objetivo imediato consiste em contribuir efetivamente no sentido da mulher conquistar a liberdade, a satisfação, de suas necessidades mais prementes e específicas de mãe, trabalhadora e cidadã». Esta não tem sido uma característica em nossa atividade, fazemos agitação, conseguimos uma relativa ampliação em nosso trabalho, interessamos novos setores, fazemos belas reuniões, mas poucas são as ações que desenvolvemos em defesa das reivindicações das mulheres. Quando o fazemos é quase sempre no sentido de agitar e não de conquistar, de fato, essas reivindicações.

A falta de continuidade em nossa atividade entre as massas femininas é um falso método de trabalho que continuamos utilizando em larga escala. Na Assembléia Nacional de Mães foram estruturadas mais de 70 novas reuniões femininas em todo o Brasil, muitas delas à base de lutas pela conquista de escolas, parques infantis, lactários etc., mas que desapareceram numa grande percentagem, passada a Assembléia Nacional de Mães.

A utilização de métodos de trabalho incorretos leva a que as massas percam a confiança em nossas palavras-de-ordem. E, geralmente quando voltamos a realizar com elas outro trabalho, este requer de nós um esforço redobrado.

Uma outra importante questão que é levantada pelo camarada Prestes em seu informe a esta Conferência é que em nossos métodos de trabalho nem sempre sabemos avaliar o nível político das massas. Quando não se parte da justa compreensão do nível político das massas, nosso trabalho está fadado ao fracasso. A avaliação justa do nível político das massas nos permite avançar no trabalho e ampliar o círculo de nossa influência.

A mim, me parece, por exemplo, que a camarada Adelaide destacou muito justamente os exemplos de combatividade das mulheres maranhenses. Mas, penso que a afirmação de que as mulheres do Maranhão participam ativamente da vida política entra em choque com a afirmação de que não existe no Maranhão uma só organização de massas femininas. Não será que as palavras de ordem levantadas, por nossos companheiros do Maranhão são palavras altamente políticas? Não será que desprezamos o fato de que o Maranhão e o Piauí são os Estados que possuem o maior índice de analfabetismo entre as mulheres? E também, que estes Estados são os que possuem também um dos maiores índices de mortalidade infantil?

Creio que deveríamos dar uma maior atenção a estas questões deixando de lado qualquer tendência subjetiva e procurando encontrar, de fato, as palavras de ordem que correspondam ao nível político das massas femininas.

Na recente greve dos ferroviários no R. G. do Sul, por exemplo, que atingia mais de 16.000 trabalhadores, o apoio

da Federação de Mulheres permitiu desenvolver um belo trabalho de solidariedade às famílias dos trabalhadores. As mulheres participaram de piquetes de greve, de Comissões à Câmara e ao governador e enfrentaram com coragem e destemor as forças da reação.

Em nossa atividade com as massas femininas nem sempre levamos em conta a necessidade de organizar as mulheres.

Ao levantar a luta pela conquista de uma determinada reivindicação, nossa preocupação central deve ser estabelecer a unidade com o maior número possível de mulheres, realizando assim a unidade de ação. Ao estabelecer a unidade de ação devemos ter em vista organizar. Devemos deixar aquelas mulheres que lutaram juntas, organizadas em qualquer tipo de organização: uma união feminina que poderá ter este ou qualquer outro nome, uma comissão de defesa de uma determinada reivindicação, um grêmio de clube, uma escola, etc. Não podemos ser esquemáticas, nem utilizar em todas as partes as mesmas formas de organização. Uma associação ou união feminina requer sempre uma sede, uma diretoria, estatutos, sócias, etc., e deve ser nossa preocupação fazer com que esta possua tudo na mais perfeita ordem. Uma comissão de mulheres em defesa de uma determinada reivindicação é um tipo de organização mais simples ainda. Pertencer a uma associação de bairro, principalmente agora que existem vários tipos dessas organizações de defesa das reivindicações dos moradores, pertencer a um círculo de pais e mestres dos Grupos Escolares, a um Departamento Feminino de um Sindicato ou Associação profissional, são meios de organizar as massas femininas. Organizar clubes encarregados de promover passeios, excursões, etc., principalmente para as trabalhadoras, são outros meios de organização. E' no contato com as massas que encontraremos quais as justas formas de organização a serem empregadas.

No que se refere às mulheres trabalhadoras, principalmente às operárias e camponesas, tudo devemos fazer para que elas pertençam às suas organizações de classe. Entre a classe operária a nossa preocupação central deve ser a sindicalização. A organização dos departamentos femininos dos Sindicatos, onde as operárias podem não só levantar suas reivindicações mas também gozar de pequenos benefícios (cursos de corte e costura, festas, assistência médica, etc.), é uma das principais formas que podemos adotar para ganhar as operárias para uma participação mais ativa na vida sindical.

Também aí não podemos aferrar-nos a nenhuma esquema de organização.

Na preparação da Conferência Nacional de Trabalhadoras vimos que o método de reunir com as operárias através dos Conselhos e delegados sindicais é sempre produtivo. O trabalho feito através dos Conselhos e delegados sindicais permite conversar legalmente com as operárias nas empresas.

Entre as camponesas, creio que nossa preocupação deve ser a de fazer com que elas participem em maior número das organizações camponesas. Seja aí ou em comissões especiais de camponesas, tudo devemos fazer para que estas se unam e lutem pela conquista de suas reivindicações mais sentidas e imediatas.

As tendências sectárias em nossos métodos de trabalho atingem seu mais elevado grau no desprezo generalizado pelas organizações de massa.

As diretivas e tarefas das organizações de massa não são levadas na devida conta, desde que não desçam através dos canais competentes ao Partido. Como membros de organizações de massa, não prestamos contas de nossa atividade a estas organizações uma vez que nos saímos com o controle realizado pelos organismos do Partido. Este desprezo pelas organizações de massa, a atitude de auto-suficiência que adotamos frente aos aliados, como se fossemos os donos de tudo, afastam os elementos de massa dessas organizações que se transformam, na prática em frentes legais ao Partido. Trabalhando nas organizações de massa, as comunistas devem se empenhar em ser as mais consequentes defensoras do programa dessas organizações e as mais ativas na luta por sua aplicação. Se continuarmos insistindo na prática de fazer das organizações de massa simples anteparo do Partido não conseguiremos transformá-las em poderosas organizações de massas capazes de influenciar milhões de mulheres.

E' tarefa de todo comunista participar das organizações de massa e se empenhar, de fato, para transformá-las em grandes e poderosas organizações. Isto não significa que esqueçamos nossa condição de comunistas mas, pertencendo a uma organização de massa, devemos saber, antes e acima de tudo, lutar por suas decisões e não ir para as organizações de massa a fim de pô-las a nosso serviço. Só assim ganharemos a confiança das massas e mostraremos, na prática, que somos de fato os mais consequentes defensores de seus direitos.

Acredito, camaradas, que só à medida em que formos nos imbuindo da idéia de que o Partido não existe para si mesmo, mas que está a serviço das massas e que nós, comunistas, somos, não teoricamente, mas na realidade verdadeiros servidores do povo, é que poderemos realizar transformações radicais em nossos métodos de trabalho. Esta transformação é determinada pela própria necessidade que temos de ganhar milhões de mulheres para a luta por sua emancipação, contra a miséria, pela paz, pela democracia e o progresso do Brasil.

POR UMA POLITICA INDEPENDENTE



Dep. Vieira de Melo

"Deixamos aos EE.UU. o papel de árbitros nem sempre generosos do enquadramento de nossos problemas," disse o deputado Vieira de Melo, líder da maioria em discurso de repercussão nacional. O parlamentar possedista exige modificações na política externa, baseada não nos interesses dos EE.UU., mas em nossos próprios interesses.

As palavras do sr. Vieira de Melo foram logo secundadas por outros parlamentares de seu e dos demais partidos. Algumas declarações:

DEPUTADO LEOBERTO LEAL: Devemos falar em igualdade de posição

com os nossos amigos e freqüentes, vendendo e comprando de quem quiser negociar"... "O Egito, a Índia, a Indonésia e outros países, cujos processos de evolução eram perturbados pelo imperialismo colonialista, marcham para uma posição invejável de progresso e prestígio no mundo".

DEPUTADO JOSE JOFFILLY: — "Declaro que os conceitos emitidos pelo Sr. Vieira de Melo traduzem a média do pensamento possedista".

SENADOR KERGIVALDO CAVALCANTI: "Não somos colônia norte-americana. Urge uma nova política externa".



Dep. Leoberto Leal

Ou Juscelino Muda de Política Ou Levará o Brasil à Catástrofe

A SITUAÇÃO econômico-financeira do país é calamitosa. E este semestre de administração do sr. Juscelino Kubitschek, apesar de suas promessas, só tem contribuído para agravá-la.

Alguns dados:

- ★ o déficit orçamentário do corrente exercício é calculado em 23 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, o maior de toda a história do país;
- ★ as dívidas comerciais do Brasil no exterior, principalmente nos Estados Unidos, sobem a cerca de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, isto sem contar as amortizações de diversos empréstimos leoninos tomados nos EE.UU. e que deverão ser pagas nos próximos anos;
- ★ no ano passado, o valor de nossas exportações caiu de 139 milhões de dólares, embora tenhamos importado maior quantidade de mercadorias (6 milhões e 186 mil toneladas contra 4.289.000 em 1945);
- ★ surgem novas ameaças de rebaixa dos preços do café, do algodão e do cacau. Já no ano passado a baixa desses produtos, que representam cerca de 80 por cento de nossas vendas ao exterior, causaram ao Brasil um prejuízo da ordem de 241 milhões de dólares. Nova rebaixa de preços será catastrófica para o nosso país;
- ★ o custo da vida aumenta impetuosamente. Neste semestre o aumento de preços é calculado em mais de 30 por cento e não foi até agora adotada nenhuma medida para deter a corrida alvita;
- ★ o governo continua a emitir papel-moeda. Em 30 de junho findo a moeda-papel em circulação já alcançava a cifra recorde de Cr\$ 73.031.039.249,00.

POLÍTICA ANTIFOPULAR

Até agora, o governo do sr. Juscelino Kubitschek vem procurando descarregar sobre os ombros do povo as consequências desta situação. Caem as nossas exportações, sobretudo em valor. Mas o governo, em lugar de buscar novos mercados, reatando relações com o poderoso mer-

cado socialista, procura contrabalançar esta situação elevando os ângios ou até mesmo advogando, como no discurso de Juiz de Fora, uma política de vender mais café... nos Estados Unidos, baixando os preços.

E crescente o déficit orçamentário. Mas o sr. Kubits-

A SUBMISSÃO AOS MONOPÓLIOS NORTE-AMERICANOS MERGULHA O PAÍS EM CENTES DIFICULDADES ECONÔMICAS E FINANÇEIRAS — IMPORTANTES SETORES DA VIDA NACIONAL RECLAMAM UMA POLITICA INDEPENDENTE

chek, em lugar de taxar fortemente os «lucros extraordinários» e reduzir o ritmo da remessa dos lucros dos trustes para o exterior, manda elevar brutalmente as tarifas postais e telegráficas e aumenta os preços dos serviços públicos (para a Light ter maiores lucros).

SUBMISSÃO AOS TRUTES

Os trustes ianques sugam, pelos mais diversos meios, a renda nacional. Só de lucros e dividendos confessados, as empresas imperialistas exportaram para o exterior, no ano passado, mais de 60 milhões de dólares. De juros e amortizações de empréstimos contraídos nos EE.UU., pagamos em 1955, mais de 190 milhões de dólares. Quase 200 milhões de dólares são entregues, anualmente, como pagamento de frete, aos armadores norte-americanos. Entretanto, o

sr. Kubitschek manobra no sentido de dar maiores facilidades a esses mesmos trustes para a espoliação do Brasil, tentando novos empréstimos sob a condição de entregar-lhes a exploração do nosso petróleo e nossos minerais atômicos, transformar o Lóide e a Costeira em «empresas mistas» que calam sob o controle dos armadores ianques.

POR UMA POLITICA INDEPENDENTE

Esta política leva à catástrofe. Por isso cresce em quase todos os setores da opinião nacional a exigência de que o Brasil realize uma política independente, modifique sua política externa e interna. Nesta semana assinalam-se importantes manifestações neste sentido como o discurso do deputado Vieira de Melo numa solenidade do PSD, o discurso, na Câmara, do deputado Newton Carneiro, o discurso no Senado do sr. Freitas Cavalcanti, declarações dos deputados José Joffily, Oliveira Brito, Sérgio Magalhães, Leoberto Leal e Selvas Dória — todos exigindo uma posição de independência diante dos Estados Unidos, e o estabelecimento de relações com todos os países do mundo.

PARA A ENTREGA DO PETRÓLEO E MINÉRIOS ATÔMICOS

FORCAM OS EE.UU. A BAIXA DE PREÇO DO CAFÉ

Desencadeou-se nos Estados Unidos nova campanha para a rebaixa do preço do café. Iniciou-a, oficialmente, o presidente da Chock Full O'Nuts Coffee Corporation, William Black, que apelou às donas de casa para se absterem de tomar café, se os países produtores não aceitarem preços ainda menores.

Mas a campanha não parte somente dos grandes distribuidores norte-americanos. Ela tem suas origens no próprio Departamento de Estado, segundo revela a «Hanson's Latin American Letters», publicação reservada distribuída aos homens de negócios norte-americanos e que baseia suas informações nos relatórios secretos fornecidos pelas embaixadas dos Estados Unidos no exterior.

PONTO DE VISTA DO GOVERNO IANQUE

Citando dados da Embaixada dos EE. UU. no Rio de Janeiro, a «Hanson's Letters» de 5 de maio «informa» a seus leitores que são «inverídicos» os cálculos fornecidos pelos países produtores de café sobre as safras e os estoques do produto. Acusa o Brasil e a Colômbia de «especuladores» e afirma: «O ponto de vista básico do governo norte-americano tem sido de que não há escassez de café suave este ano. Donde a conclusão que os preços têm de baixar.

ARMA POLITICA DOS MONOPÓLIOS

Mas nunca foram casuais estas campanhas para a rebaixa dos preços do café. Nem visam propiciar aos consumidores norte-americanos a compra, por alguns centavos menos, da libra de café. A campanha tem objetivos muito mais amplos de incremento da dominação econômica e política dos trustes ianques em nossos países, além dos fornecimento de maiores lucros aos intermediários norte-americanos.

Como se sabe, cerca de 60 por cento de nossas divisas são obtidas através da venda de café ao exterior. Se os preços são compensadores, o Brasil tem possibilidades de adquirir os produtos essenciais ao seu desenvolvimento econômico; se caem fortemente, como já aconteceu no ano passado, se vê obrigado a restringir as importações e a retardar o ritmo de sua expansão econômica.

Por isso os preços do café constituem uma poderosa arma política dos monopólios e governo dos Estados Unidos a fim de exercer pressão sobre países como o Brasil e a Colômbia.

POR QUE A CAMPANHA ?

Basta lembrar a época em que surgiram algumas dessas campanhas baixistas. Uma delas teve início, precisamente quando o Parlamento brasileiro discutia o Estatuto (entreguista) do Petróleo; outra, quando o governo de Vargas vacilava em atender ao pedido ianque de tropas para a Coreia; uma terceira, quando era votada a lei da Petrobrás; a penúltima, quando se tentava pôr em prática o esquema americano do «candidato único» para as eleições presidenciais do ano passado. E agora? Justamente quando o sr. Juscelino Kubitschek é chamado ao Panamá para uma conferência com Eisenhower e no momento em que estão em foco, em nosso país, problemas candentes como o dos

minerais atômicos, o do petróleo, o da mudança de nossa política exterior.

ROCKFELLER NEGOCIA COM KUBITSCHKE

«Hanson's Letter» também revela este segredo da nova campanha contra os preços do café. Depois de tratar largamente desta questão, passa a outro tópico, destinado a «queles que investem capitais no Brasil», onde explica que, apesar da recusa do governo norte-americano em participar de qualquer acordo sobre preços do café, um pacto dessa espécie, «caso o Brasil desejasse um tal pacto, ainda constitui uma possibilidade como um quid pro quo para o estabelecimento de companhias estrangeiras de petróleo visando à exploração e à utilização de nosso ouro negro.

E prossegue a publicação oficiosa ianque: «A impressão em Washington, esta semana, é de que o entendimento com Rockefeller sobre a utilização do minério de ferro, produzindo 10 milhões de toneladas por ano não derrubará o governo de Kubitschek e de que uma vez realizada a penetração no minério de ferro sem uma reação contrária por parte do povo será possível levar a termo a introdução de companhias americanas de petróleo na exploração e utilização brasileiras...»

RELAÇÕES IMEDIATAS COM OS PAÍSES DO LESTE

O jogo é claro. Prepararam-se os EE. UU. para criar maiores dificuldades econômicas ao Brasil com um novo impacto sobre os preços do café. E, em seguida, aparecerão como bons vizinhos, fornecendo empréstimos ao sr. Kubitschek e estabilizando parcialmente esses preços, em troca de concessões para a entrega de nossos minerais radioativos e do petróleo.

A trama colonialista pode, entretanto, ser imediatamente desfeita, através da imposição, ao atual governo, por meio do clamor popular, do reatamento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, libertando o Brasil da tirania do mercado único norte-americano.

CAFÉ: RETRATO DE UM PAÍS ESPOLIADO

O preço do café no atacado, em Nova Iorque, era, em 1920, de um dólar; (US \$ 1,00) por libra-peso. Hoje, é de pouca mais de 57 cents. — Isto é, quase a metade do preço de há 36 anos! E isto sem levar em conta a queda do valor do dólar nesse período, calculado em cerca de 50 por cento.

Entretanto, compramos hoje as mercadorias norte-americanas a um preço, em dólar, entre 300 e 400 por cento superior ao de 1920. Por exemplo: entregamos atualmente mais de 100 sacas de café por um automóvel americano que adquiríamos com 10 sacas, apenas em 1920.

O povo brasileiro trabalha, assim, para o contínuo enriquecimento dos magnatas norte-americanos, enquanto o nosso país se empobrece, sugado pelos trustes ianques.



Milhares de colonos, assalariados agrícolas e outras categorias de trabalhadores que mourejam nas fazendas de café, nos serviços de envasamento e transporte do produto, trabalham, na realidade, quase exclusivamente para os grandes fazendeiros e, particularmente, para as companhias norte-americanas que abocanham parte considerável do valor de nossa produção cafeeira.